

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 106/2025
Data: 31/07/2025



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
BRASIL PODE ABRIR NOVOS MERCADOS PELO MUNDO APÓS TRUMP DECRETAR TARIFA DE 50%, AVALIA ECONOMISTA	4
PREFEITURA DE SANTOS REFORÇA PLANO DE IMPLANTAR ZPE NA ÁREA CONTINENTAL E ATRAIR EMPRESAS	4
CABOTAGEM GANHA FORÇA COMO ESTRATÉGIA PARA IMPULSIONAR A INDÚSTRIA BRASILEIRA, DIZ SECRETÁRIO	6
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	7
PERNAMBUCO PEDE CRÉDITO E APOIO FEDERAL DIANTE DA SOBRETAXA AMERICANA	7
AMCHAM ALERTA: EXCEÇÕES DOS EUA ALIVIAM SÓ 43% DAS EXPORTAÇÕES.....	9
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	10
SUDESTE LIDERA MOVIMENTAÇÃO AÉREA NO BRASIL, COM DESTAQUE PARA GUARULHOS E CONGONHAS.....	10
PORTAL PORTO GENTE	11
SECA NO NORTE DO PAÍS DESAFIA LOGÍSTICA EM 2025	11
BIPV REVOLUCIONA O SETOR DE ENERGIA AO INTEGRAR GERAÇÃO SOLAR DIRETAMENTE NA ARQUITETURA DOS EDIFÍCIOS	12
CONAB PUBLICA NOVO AVISO DE FRETE PARA REMOÇÃO DE MILHO DESTINADO A PEQUENOS CRIADORES	13
DTA ENGENHARIA INICIA OBRAS DE DRAGAGEM NO PORTO DO RIO DE JANEIRO	14
BE NEWS – BRASIL EXPORT	15
EDITORIAL – PLANEJAMENTO DE LONGO PRAZO, UMA EVIDENTE NECESSIDADE	15
NACIONAL - HUB – CURTAS - CARNE BOVINA BRASILEIRA FICA DE FORA DO TARIFAÇO DE TRUMP	16
<i>A carne bovina</i>	16
<i>Prazo satisfatório</i>	16
<i>Em trânsito</i>	17
<i>Otimismo</i>	17
<i>Hidrovias em destaque</i>	17
<i>Investir é essencial</i>	17
NACIONAL - TRUMP ACUSA BRASIL DE AMEAÇAR LIBERDADE E IMPÕE TARIFA DE 50%.....	17
NACIONAL - LULA REAGE A SANÇÕES E DEFENDE SOBERANIA NACIONAL	18
NACIONAL - QUASE METADE DAS EXPORTAÇÕES DO BRASIL AOS EUA ESCAPA DE TARIFA DE TRUMP	19
NACIONAL - MINERAÇÃO ESCAPA EM PARTE DO TARIFAÇO, MAS 25% DAS EXPORTAÇÕES SERÃO AFETADAS	20
NACIONAL - SETOR CAFEEIRO TENTA EVITAR SOBRETAXA NOS EUA E ALERTA PARA IMPACTO NOS PREÇOS	21
NACIONAL - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES FAZ 165 ANOS E DISCUTE FUTURO DA INFRAESTRUTURA	22
NACIONAL - PNL 2050 Foca em Integração e Atração de Investimentos.....	22
NACIONAL - DIVERSIFICAÇÃO DE MODAIS E SOLUÇÕES IMEDIATAS SÃO PRIORIDADES, DIZ INFRA S.A.	24
REGIÃO SUDESTE - PETROBRAS REALIZA PARADA PROGRAMADA DE MANUTENÇÃO NA REFINARIA DE CUBATÃO	25
REGIÃO SUDESTE - SIMULADO NA TRAVESSIA SANTOS-GUARUJÁ TESTA RESPOSTA A VAZAMENTO DE ÓLEO	26
REGIÃO SUDESTE - BARRA DO PORTO DE SANTOS É FECHADA POR MAU TEMPO	26
REGIÃO NORDESTE - PROJETO DE FOSFATO E CALCÁRIO RECEBE INVESTIMENTO DE R\$ 1,4 BILHÃO NA BAHIA.....	27
NORDESTE EXPORT - LIDERANÇAS PROJETAM O FUTURO DA INFRAESTRUTURA NO NORDESTE EXPORT	28
BRASIL EXPORT - PROGRAMAÇÃO NORDESTE EXPORT 2025	29
BAHIA ECONÔMICA - BA	29
TRANSPORTE AÉREO IMPULSIONA FATURAMENTO RECORDE DE R\$ 17 BILHÕES DO TURISMO BRASILEIRO	30
EXCLUSIVO: GOVERNO PRORROGA A ALÍQUOTA ZERO, MAS BYD TERÁ DE OPERAR PRODUÇÃO LOCAL DE CARROS EM CAMAÇARI JÁ EM JANEIRO DE 2027.....	30
PORTO DE SALVADOR: BUNKER ONE E ACELEN PASSAM DA MARCA DE 60 EMBARCAÇÕES ABASTECIDAS NOS TRÊS PRIMEIROS MESES DO ANO	31
JORNAL O GLOBO – RJ	32
EUA IMPÕEM TARIFA EXTRA DE 50% PARA 35,9% DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS, CALCULA GOVERNO LULA; VEJA A LISTA.....	32
SOB PRESSÃO DA JUSTIÇA, CSN VENDE FATIA DA USIMINAS À FAMÍLIA BATISTA, DA JBS.....	33
CUSTO VAI SELAR FUTURO DE ANGRA 3; USINA PASSARÁ POR NOVO ESTUDO TÉCNICO, ECONÔMICO E JURÍDICO	34
SETOR PÚBLICO TEM DÉFICIT DE R\$ 47,1 BILHÕES E DÍVIDA SOBE PARA 76,6% DO PIB EM JUNHO, SEGUNDO BC	36
LEILÃO PREVÊ INVESTIMENTOS DE R\$ 7,6 BI E DEVE REFORÇAR LINHAS DE TRANSMISSÃO DO NORDESTE, RIO GRANDE DO SUL E PARANÁ	37
EÓLICAS EM ALTO-MAR TÊM 103 PEDIDOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL JUNTO AO IBAMA.....	39



O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	40
VEJA TODOS OS PRODUTOS QUE O BRASIL EXPORTA E QUAIS TERÃO TARIFA EXTRA; PESQUISE EM LISTA INTERATIVA	40
SIDERÚRGICAS DE FERRO-GUSA RETOMAM AS EXPORTAÇÕES SUSPENSAS PARA EUA APÓS ISENÇÃO DO TARIFAÇO DE 50%..	41
AGU COBRA R\$ 2 BILHÕES DA VALE POR SUPOSTA EXPLORAÇÃO IRREGULAR; EMPRESA DIZ CUMPRIR REGRAS	43
EMPRESA DOS IRMÃOS BATISTA, DONOS DA JBS, COMPRA FATIA DA CSN E ENTRA NO CAPITAL DA USIMINAS	43
VALOR ECONÔMICO (SP).....	45
GOVERNO LULA DETALHA IMPACTO DO TARIFAÇO DOS EUA NO VOLUME DAS EXPORTAÇÕES.....	45
SURPRESA TARIFÁRIA DE TRUMP ABALA COMÉRCIO GLOBAL DE COBRE	46
IBAMA ANALISA MAIS DE 100 PROJETOS PARA EÓLICAS OFFSHORE	47
OS LEILÕES DE FERROVIAS E HIDROVIAS VÃO LIBERTAR O AGRO DA DEPENDÊNCIA DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO	49
TARIFAÇO TRAVA 1.200 CONTÊINERES DE ROCHAS ORNAMENTAIS E SETOR TEME COLAPSO.....	51
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	52
REINO UNIDO FINANCIA TREINAMENTO DE AQUAVIÁRIOS PARA USO DE COMBUSTÍVEIS DE BAIXO CARBONO E NET-ZERO	52
COSTA FILHO AFIRMA QUE HIDROVIAS SÃO PRIORIDADE	53
ARRENDAMENTO PARA TERMINAL DE GRANÉIS LÍQUIDOS NO PORTO DO RIO ENTRARÁ EM CONSULTA.....	54
SAAM TOWAGE INCORPORA 2 REBOCADORES DE 80 TTE PARA OPERAÇÕES NO CHILE E PERU.....	54
ARTHUR PIMENTEL, DA AEB: BRASIL PRECISA DIVERSIFICAR MERCADOS	54
TVV OPERA PANAMAX COM 33 MIL TONELADAS DE FERTILIZANTES	56
FIRJAN MANIFESTA PREOCUPAÇÃO COM TARIFAÇO	56
IBRAM AFIRMA QUE 25% DAS EXPORTAÇÕES DE MINERAIS SERÃO SOBRETAXADAS	57
CANAL DE SANTOS REABRE APÓS MAU TEMPO E INTERRUPÇÕES.....	57
IBP CONSIDERA POSITIVA ISENÇÃO DO SETOR DE O&G DAS SOBRETAXAS COBRADAS PELOS EUA.....	58
TARIFAÇO PODERIA TER SIDO PIOR E OUTRAS COMMODITIES AINDA PODEM SER ISENTAS, AVALIA SOLVE.....	59
SETOR DE ROCHAS BRASILEIRO RECEBE COM ALÍVIO INCLUSÃO EM LISTA DE ISENÇÕES	59
PERDAS DO COMEX BRASILEIRO PODEM CAIR DE 15 PARA 5 BILHÕES DE DÓLARES/ANO, ESTIMA CIBRA.....	60
KONGSBERG EXPANDIRÁ PRESENÇA NA ÍNDONÉSIA COM 2 NOVOS ESCRITÓRIOS	61
MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA	62
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPIING.COM E NO LINKEDIN.COM	62



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

BRASIL PODE ABRIR NOVOS MERCADOS PELO MUNDO APÓS TRUMP DECRETAR TARIFA DE 50%, AVALIA ECONOMISTA

Análise é do economista Gesner Oliveira, durante o Summit Porto-Indústria, no Grupo Tribuna
Por Bárbara Farias 31 de julho de 2025



Economista acha que é possível ao Brasil construir acordos com os EUA sem abrir mão da soberania (Alexsander Ferraz/AT)

O Brasil pode abrir novos mercados internacionais e contornar a taxa de 50% imposta a alguns produtos pelos Estados Unidos porque possui relacionamento com diversos países e tem potencial para expandir em áreas de baixo carbono, inovação, tecnologia e energia limpa.

A análise é do economista Gesner Oliveira, que participou do Tribuna Talks, um bate-papo sobre o tema com o consultor para assuntos portuários do Grupo Tribuna, Maxwell Rodrigues, no Summit Porto-Indústria.

“Temos como parceiros comerciais a União Europeia, a Ásia, os EUA e a China. Então, essa diversificação de relacionamento comercial, político e social é extremamente importante no mundo onde há muita guerra comercial e tensão”, afirmou Oliveira.

Segundo ele, o melhor ingrediente para a negociação é a concorrência. “Você senta à mesa dizendo: ‘Eu preferiria a sua proposta, mas se não puder, eu tenho outra’. Essa é a melhor forma de negociar”, disse.

O economista destacou que o País é aberto à tecnologia, informatização e automação. “A gente viu o sucesso do Pix. O Brasil reúne características que, se forem bem trabalhadas, podem promover um salto como outros países fizeram”.

Oliveira salientou que é possível ao Brasil, a médio prazo, ganhar poder de barganha para que o acordo com os Estados Unidos vá melhorando. “O Brasil pode construir isso sem abrir mão de sua soberania”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 31/07/2025

PREFEITURA DE SANTOS REFORÇA PLANO DE IMPLANTAR ZPE NA ÁREA CONTINENTAL E ATRAIR EMPRESAS

Rogério Santos (Republicanos) defende reformas e investimentos em infraestrutura para atrair indústrias; vice-prefeita de Cubatão cobra soluções regionais integradas

Por Maurício Martins 31 de julho de 2025

O prefeito de Santos, Rogério Santos (Republicanos), disse nesta quarta (30) que a implantação de uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) na Área Continental da cidade depende de reformas por parte do Governo Federal e de investimentos do Estado em infraestrutura. Assim, diz ele, a região se tornaria mais atrativa para as empresas. A ZPE seria um espaço industrial para processar e agregar valor a produtos antes da exportação pelo cais santista.



Rogério Santos diz que é preciso atrair empresas (Alexsander Ferraz/AT)

Durante a participação no Summit Porto-Indústria 2025, promovido pelo Grupo Tribuna, Rogério lembrou que encaminhou à Câmara, na semana passada, um projeto de lei que altera as diretrizes de uso e ocupação do solo na Área Continental para abrigar a ZPE.

“Justamente para olhar essa oportunidade que nós temos do Porto-Indústria. Santos está pré-qualificado

como uma ZPE há algum tempo, mas não avança. Porque precisamos de reformas, investimentos em infraestrutura e atratividade para indústrias”, afirmou.

O prefeito também reforçou que o desenvolvimento da relação Porto-Indústria depende de uma estrutura logística robusta. Ele destacou a importância da terceira pista da Rodovia dos Imigrantes, dos investimentos em ferrovias e dos aeroportos da Baixada Santista como parte do pacote que pode tornar a região mais competitiva.



Andrea Castro pede soluções regionais integradas (Alexsander Ferraz/AT)

Cubatão

Também presente no evento, a vice-prefeita de Cubatão, Andrea Castro (MDB), fez um apelo contundente por soluções regionais integradas para o desenvolvimento da Baixada Santista. Segundo ela, os desafios impostos pelo crescimento do setor portuário e industrial não podem ser enfrentados de forma isolada por cada município.

“Temos que conseguir, analisando os problemas e as oportunidades de cada cidade, encontrar um denominador comum para toda a Baixada Santista. Porque no fundo, somos um só. A gente trabalha em Cubatão, estuda em Santos, mora em Praia Grande, tem parentes em São Vicente. Não tem outra possibilidade de saída”, destacou.

Andrea reforçou o papel estratégico de Cubatão na cadeia produtiva e logística nacional. Conhecida por sua base industrial robusta, a cidade agora amplia sua atuação para setores secundários e terciários, incentivada por políticas estaduais e pela crescente demanda por uma indústria mais sustentável.

Gargalo exige ação

Durante o Summit Porto-Indústria, o CEO da Bandeirantes Deicmar, Washington Flores, alertou sobre o risco de colapso logístico nos próximos anos no Porto de Santos, caso nada seja feito para resolver os gargalos de acesso e escoamento.

Enquanto o Poder Público não resolve o problema, as empresas investem em soluções para minimizar os impactos. A Bandeirantes Deicmar anunciou a implantação de unidades logísticas para armazenar mercadorias na Grande São Paulo, para que os veículos não precisem descer a Serra.



“Estamos levando o Porto para São Paulo. Começaremos, agora em agosto, o nosso primeiro hub logístico em Cajamar (SP). Dois outros serão implantados até o final do ano. O objetivo é tirar seis mil veículos pequenos por mês do terminal. Vamos resolver o problema dos nossos clientes, mesmo que o acesso ao Porto continue o mesmo”.

Flores destaca espaço limitado (Alexsander Ferraz/AT)

Modelo

Washington Flores lembrou o excelente exemplo que viu na Coreia do Sul, durante a Missão Internacional Porto & Mar 2024, do Grupo Tribuna. Lá, há a maior fábrica da Hyundai no mundo integrada ao porto. A frota sai da indústria diretamente para o navio de exportação

e comparou o modelo asiático com alguns modelos existentes no Brasil, mas destacou que Santos possui limitações únicas de espaço. “Santos é uma ‘linguiça’ comprimida por uma cidade ao redor. Não há espaço físico para termos um Porto-Indústria no sentido literal, com fábricas ligadas aos cais. Mas temos algo poderoso: uma cadeia industrial instalada no nosso quintal, em São Paulo. E é com ela que precisamos nos conectar”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 31/07/2025

CABOTAGEM GANHA FORÇA COMO ESTRATÉGIA PARA IMPULSIONAR A INDÚSTRIA BRASILEIRA, DIZ SECRETÁRIO

Programa BR do Mar conecta portos e amplia mercado, reduzindo custos e viabilizando o transporte de cargas pelo litoral nacional

Por Maurício Martins 31 de julho de 2025



Lorenzi e Batista (on-line) falaram, no Summit, sobre a cabotagem (Alexsander Ferraz/AT)

O secretário nacional de Hidrovias e Navegação, Dino Batista, acredita que a cabotagem (transporte de cargas dentro do País) tem papel estratégico no fortalecimento da indústria nacional. Para ele, o Programa BR do Mar, que incentiva o modal e foi regulamentado por decreto neste mês, é peça fundamental nesse processo. Segundo Batista, que participou ontem do Summit Porto-Indústria de forma

remota, o projeto foi concebido para conectar o tecido industrial brasileiro aos portos de forma mais eficiente, acessível e competitiva.

“O BR do Mar foi pensado exatamente para ampliar a conexão no tecido econômico brasileiro. O objetivo é viabilizar que empresas com acesso facilitado a portos possam, a partir dali, alcançar mercados em todo o País — algo que muitas vezes é inviável pelo modal rodoviário”, afirmou.

Dino Batista explicou que o fortalecimento da cabotagem vai muito além da redução de custos logísticos. Trata-se de criar viabilidade econômica real para que indústrias próximas aos portos, como o de Santos, possam atingir consumidores em todas as regiões do Brasil. “Não é só sobre baixar o frete em relação ao transporte rodoviário. É sobre viabilizar mercados que antes eram inacessíveis”, completou o secretário nacional.

O CEO da Norcoast, empresa de cabotagem, Fabiano Lorenzi, vê o modal não apenas como um serviço porto a porto, mas como uma solução de transporte para o país.

“O Brasil tem uma distância muito grande entre produção e consumo. Como conectar essas regiões se não for com modais alternativos? A cabotagem se destaca nesse cenário. O Brasil tem vocação para a cabotagem, isso é indiscutível”, afirmou Lorenzi.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 31/07/2025



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

PERNAMBUCO PEDE CRÉDITO E APOIO FEDERAL DIANTE DA SOBRETAXA AMERICANA

Governo de Pernambuco articula crédito emergencial, novos mercados e diálogo federal para reduzir impactos da sobretaxa dos EUA

Por Márcio Didier - De Recife marcio.didier@movimentoeconomico.com.br



A governadora de Pernambuco, Raquel Lyra, trabalha em três frentes para reduzir o impacto do tarifaço dos EUA Foto: Hesíodo Góes/Secom

O decreto assinado pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que ampliou para 50% a tarifa sobre produtos brasileiros como frutas, carnes e açúcar, levou o Governo de Pernambuco a solicitar, por meio de um comunicado publicado nesta quinta-feira (31), apoio do Governo Federal em três frentes para proteger a economia local.

Em um texto de oito parágrafos, afirma que o Governo, “sob a liderança da governadora Raquel Lyra, tem acompanhado a situação e vem dialogando, junto à Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe), com os setores produtivos que serão afetados”. “A prioridade máxima do Governo de Pernambuco é proteger os milhares de empregos que dependem do dinamismo da economia do Estado, atuando ao lado do setor produtivo”, diz trecho da nota.

Em seguida, lista três ações que vem tomando. A primeira delas é a criação, via Banco do Nordeste do Brasil (BNB), de linhas emergenciais de crédito destinadas aos setores atingidos, oferecendo condições especiais de carência, prazos estendidos e taxas reduzidas. “O objetivo é preservar empregos e garantir liquidez às empresas exportadoras”.

A segunda frente colocada na nota propõe medidas compensatórias para incentivar a diversificação de mercados internacionais, com o acesso aos países parceiros e políticas de apoio às exportações. A governadora Raquel Lyra já havia tocado neste ponto na última quarta-feira e a estratégia busca reduzir a dependência do mercado norte-americano.

A terceira medida é garantir que os interesses do Nordeste sejam priorizados na interlocução diplomática com os Estados Unidos, reforçando a defesa dos setores produtivos afetados.

Raquel se reúne com governadores

A governadora Raquel Lyra afirmou que, desde o anúncio da sobretaxa, tem realizado encontros com representantes do setor produtivo, sindicatos e Governo Federal para avaliar os impactos sobre produtos como mangas do Vale do São Francisco e o açúcar exportado para os Estados Unidos. “Temos tratado desse tema junto com instituições, sociedade civil, empresariado e trabalhadores da



agricultura. Tivemos reunião com o Governo Federal para criar canais de diálogo e permitir que Pernambuco continue exportando para um parceiro importante, sem a sobretaxa que inviabiliza essas operações”, declarou a governadora na quarta-feira (30), antes da divulgação do pacote de Donald Trump.

A fruticultura é uma das preocupações do Governo do Estado, após o tarifaço de Trump aplicar tarifa de 50% sobre os produtos brasileiros Foto: Portal de Notícias

Juazeiro-Petrolina.

Preocupações de Pernambuco

Ainda na quarta, ela destacou que Pernambuco é o maior exportador de frutas do Brasil e que, além da fruticultura e do açúcar, a pauta inclui pescados e carnes, que também enfrentam a nova tarifa. “Estamos fortalecendo muito a conexão com o mercado europeu e também abrindo novos mercados, como já vem acontecendo com a China”, acrescentou.

Na próxima terça-feira (5), Raquel Lyra participa, ao lado dos governadores do Consórcio Nordeste, de reunião em Brasília com o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, para tratar exclusivamente do impacto da sobretaxa.

Veja a íntegra do comunicado:

Comunicado à Imprensa

“A recente medida tarifária decretada pelos Estados Unidos gera instabilidade e pode afetar as relações comerciais com Pernambuco. Desde o primeiro momento, o Governo, sob a liderança da governadora Raquel Lyra, tem acompanhado a situação e vem dialogando, junto à Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe), com os setores produtivos que serão afetados.

A prioridade máxima do Governo de Pernambuco é proteger os milhares de empregos que dependem do dinamismo da economia do Estado, atuando ao lado do setor produtivo.

Diante das consequências do decreto divulgado pelos Estados Unidos ontem, quarta-feira (30), o Governo de Pernambuco solicitou o apoio do Governo Federal em três frentes principais.

A primeira é a disponibilização, via Banco do Nordeste do Brasil (BNB), de linhas emergenciais de crédito para os setores diretamente afetados, com condições especiais de carência, prazos e taxas.

A segunda é a adoção de medidas compensatórias, como o incentivo à diversificação de mercados internacionais, a facilitação de acesso a países parceiros e políticas de apoio à exportação.

E, por último, a terceira é a proteção e promoção dos interesses dos setores produtivos do Nordeste brasileiro na interlocução com os Estados Unidos.

Na próxima terça-feira, 5 de agosto, a governadora Raquel Lyra estará em Brasília, juntamente com todos os governadores do Nordeste, para uma reunião com o vice-presidente Geraldo Alckmin para tratar desse assunto.

O Governo de Pernambuco não medirá esforços para assegurar que os interesses de Pernambuco sejam defendidos.”

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 31/07/2025

AMCHAM ALERTA: EXCEÇÕES DOS EUA ALIVIAM SÓ 43% DAS EXPORTAÇÕES

Mais da metade das exportações brasileiras ainda poderá ser impactada diretamente pelas novas tarifas, calcula a Amcham

Por Patricia Raposo - De Recife patricia.raposo@movimentoeconomico.com.br



Jato E-195-E2 da Embraer livre de tarifas/ Foto: Divulgação

A decisão do governo dos Estados Unidos de publicar uma lista com 694 produtos brasileiros isentos da tarifa de 50% prevista em ordem executiva anunciada nesta terça-feira (30) trouxe um alívio pontual para parte do setor exportador. A análise da Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham Brasil), com base em dados oficiais da United States International Trade Commission (USITC) – agência federal independente que investiga questões relacionadas ao comércio internacional -,

mostra que os produtos incluídos na exceção somaram US\$ 18,4 bilhões em exportações em 2024 – o equivalente a 43,4% do total exportado pelo Brasil aos EUA naquele ano.

Apesar do impacto positivo para itens como petróleo bruto, celulose, ferro-gusa e aeronaves, que lideram a lista de exceções, setores estratégicos continuam sob pressão. Ou seja, mais da metade das exportações brasileiras ainda poderá ser impactada diretamente pelas novas tarifas, o que compromete a competitividade de diversos segmentos da indústria nacional.



Amcham defende mais diplomacia/Foto: divulgação Amcham

A Amcham alertou que as restrições tarifárias, mesmo atenuadas, colocam em xeque cadeias globais de valor em que o Brasil tem participação relevante. A lista de produtos excluídos da cobrança abrange setores como combustíveis, aeronáutico, químico, mecânico e agrícola. No entanto, outras cadeias que não foram contempladas pela exceção continuarão expostas ao aumento dos custos.

Amcham defende diplomacia

A escalada tarifária ocorre em um momento de desaceleração global e de incertezas no comércio internacional. A decisão unilateral do governo norte-americano tem forte impacto sobre países emergentes. A medida reacende o debate sobre a necessidade de fortalecimento da diplomacia econômica brasileira e a ampliação de acordos comerciais com outros blocos.

Em sua nota oficial, a Amcham reiterou que divergências dessa natureza devem ser resolvidas por meio de canais diplomáticos, destacando a importância de preservar a relação histórica de mais de 200 anos entre Brasil e Estados Unidos. A entidade defende um diálogo construtivo em alto nível para mitigar os efeitos da ordem executiva e proteger os interesses brasileiros nas exportações de alto valor agregado.

O Brasil, que tradicionalmente mantém superávit comercial com os EUA, pode ver esse equilíbrio comprometido, sobretudo se as tarifas afetarem produtos de maior escala e margem. Para setores como o agroindustrial, químico e eletroeletrônico, que não foram contemplados com exceções significativas, os impactos podem se traduzir em retração de receitas e perda de mercados.

Embora a exceção concedida represente uma vitória parcial, especialistas alertam que ela não resolve o problema maior: a instabilidade nas regras do comércio exterior. Para o empresariado

brasileiro, o episódio serve de alerta sobre a urgência de diversificar mercados, reduzir a dependência de poucos parceiros e intensificar a agenda de competitividade.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 31/07/2025

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

SUDESTE LIDERA MOVIMENTAÇÃO AÉREA NO BRASIL, COM DESTAQUE PARA GUARULHOS E CONGONHAS

Mais da metade dos embarques e desembarques no Brasil ocorreram em terminais da região no 1º semestre de 2025



Mais da metade dos embarques e desembarques no Brasil ocorreram em terminais da região no 1º semestre de 2025 - Foto: Rovena Rosa/Agência Brasil

Os aeroportos da Região Sudeste mantêm a liderança na movimentação aérea brasileira. De acordo com o relatório de demanda e oferta da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), no primeiro semestre de 2025, os terminais de Guarulhos, Congonhas, Confins, Campinas, Galeão e Santos Dumont concentraram mais da metade do total de embarques e desembarques registrados no país.

Santos Dumont concentraram mais da metade do total de embarques e desembarques registrados no país.

O Aeroporto Internacional de Guarulhos (SBGR), em São Paulo, segue na primeira posição nacional, com 14.094.849 passageiros, o equivalente a 28,73% do volume total. Em segundo lugar, o Aeroporto de Congonhas (SBSP), também na capital paulista, movimentou 11.515.675 passageiros, com 23,47% de participação.



Outros destaques do Sudeste incluem o Aeroporto de Confins (SBCF), em Minas Gerais, com 5.960.395 passageiros (12,15% de participação), e o Aeroporto de Campinas (SBKP), com 5.680.383 passageiros (11,58%). O Galeão (SBGL), no Rio de Janeiro, registrou 5.368.842 passageiros, retomando espaço com 10,94% de participação. Já o Santos Dumont (SBRJ) contabilizou 2.950.925 embarques e desembarques, com 6,01% de participação.

Voos Internacionais

Para o ministro Silvio Costa Filho, a liderança do Sudeste no setor aéreo demonstra a força da região no crescimento econômico do país. "E o nosso compromisso é garantir que esse motor continue a girar, com uma infraestrutura aeroportuária moderna e eficiente, que integre regiões e países, atraia mais investimentos e impulse a economia, gerando emprego e renda para população."

Já o secretário Nacional de Aviação Civil, Tomé Franca, reforçou a importância dos investimentos do Governo Federal no setor para fazer com que a região continue a ser motor da economia no país. "A movimentação aérea tem relação direta com o cenário econômico nacional. A liderança do Sudeste, região que concentra maior parte do PIB do país, mostra que a economia brasileira está aquecida e nossos aeroportos prontos para atender a demanda de passageiros" afirmou.

Além da movimentação doméstica, o Sudeste concentra quase a totalidade das operações internacionais do país, o que destaca sua relevância para o comércio, turismo e relações internacionais do Brasil. Guarulhos é o principal hub de conexões com o exterior, responsável por 68,45% dos voos internacionais, totalizando 7.844.132 partidas e chegadas com destinos fora do Brasil.

Já o Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, aparece com 2.839.265 voos internacionais, o que representa 24,78% do total. Juntos, os dois terminais respondem por mais de 93% das operações internacionais no Brasil, consolidando o Sudeste como eixo estratégico para o transporte aéreo global.

Os terminais de Campinas (SBKP) e Confins (SBCF) aparecem na sequência, com 4,54% e 2,22% de participação.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 31/07/2025



PORTAL PORTO GENTE

SECA NO NORTE DO PAÍS DESAFIA LOGÍSTICA EM 2025

Redação Portogente

Costa Brasil orienta clientes a antecipar demandas em meio à previsão de estiagem



Unidade da Costa Brasil em Manaus. A companhia investe em estruturas e transportes para apoiar os clientes nos períodos de seca severa, operando e oferecendo serviços multimodais, investimento em tecnologia e equipamentos

A seca na região amazônica foi destaque no relatório sobre o clima da América Latina, publicado pela Organização Meteorológica Mundial (OMM), vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU), como um dos eventos extremos mais críticos de 2024. De acordo com as projeções, situações como essa irão se tornar mais frequentes e devem exigir respostas logísticas mais ágeis, flexíveis e sustentáveis.

A pior seca do Rio Negro, que banha Manaus, aconteceu em 2024, em 121 anos de medição. Na ocasião, a cota do rio chegou ao patamar de 12,66 metros de profundidade, nível insuficiente para a atracação de navios de cabotagem e de longo curso que chegam pela costa brasileira e entram pela foz do rio Amazonas. A cota mínima do rio deve estar em 18 metros, levando em conta o calado dos navios e a margem de segurança exigida.

Diante da falta de insumos e da dificuldade para escoar os produtos finais, o resultado foi um custo de cerca de R\$ 1,4 bilhão de custos excessivos para as indústrias, segundo estimativa do Centro de Indústria do Estado do Amazonas. Uma das soluções adotadas foi a utilização de píer flutuante e balsas. Os píeres têm sido cruciais para garantir o transporte de cargas porque têm capacidade para movimentar navios de diferentes portes, permitindo a transferência de cargas para balsas de menor calado.

Com o cenário desafiador de baixa dos rios e falta de navegabilidade na região, a Costa Brasil - operador de Transporte Multimodal (OTM) líder na cabotagem fracionada, está focada neste ano em oferecer soluções para que seus clientes e parceiros se preparem para esse período.

"Sabemos que 2025 está sendo um ano desafiador para o Norte do país, pois são esperadas temperaturas acima da média. Atenta a esse problema da região, a Costa Brasil oferece como soluções, a multimodalidade na sua essência para o escoamento de produtos, ou seja, via linhas férrea, rodoviária, aérea e navios de cabotagem. Além disso, recomendamos a antecipação de demandas e o fortalecimento de estoques", afirma Adamo Bayer, Head de Trade e Marketing da Costa Brasil.

"Com a falta de chuvas, o preço dos alimentos sobe e o transporte pode aumentar até 50% para o escoamento da produção. Todas essas soluções são para que não se forme um gargalo para os clientes e conseqüentemente para o consumidor também na época de estiagem. Estamos preparados para atender a cadeia como um todo. Consideramos todas as rotas nesta região, trabalhamos com parceiros estratégicos que não afetem nossos serviços, e que possam atender os clientes com excelência", complementa Adamo.

Sobre a Costa Brasil

A Costa Brasil é uma Operadora de Transporte Multimodal (OTM) com mais de 10 anos no mercado logístico, com operações marítimas, terrestres e rodoviárias, de Norte a Sul do país. Com ampla experiência em inteligência logística e gestão operacional, pode realizar todas as etapas do transporte, desde a retirada da carga nas instalações do cliente, armazenamento, distribuição até o destino final, além dos serviços de terminais. É referência em cabotagem fracionada, modalidade onde é possível compartilhar espaço e frete em contêiner. A Costa Brasil atua nos principais portos brasileiros e mantém unidades em Santos, Cubatão e Guarulhos (SP), Itajaí (SC) e Manaus (AM).

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 31/07/2025

BIPV REVOLUCIONA O SETOR DE ENERGIA AO INTEGRAR GERAÇÃO SOLAR DIRETAMENTE NA ARQUITETURA DOS EDIFÍCIOS

Redação Portogente

Tecnologia que transforma fachadas, janelas e telhados em usinas solares chama atenção por unir design e sustentabilidade



Divulgação

Tecnologia que transforma fachadas, janelas e telhados em usinas solares chama atenção por unir design e sustentabilidade. Conheça os benefícios que estão redefinindo o futuro da construção urbana.

A transição energética global ganha um novo aliado com as soluções de BIPV (Building-Integrated Photovoltaics), que unem arquitetura e geração de energia limpa de forma inédita. Longe de serem apenas painéis solares convencionais, os sistemas BIPV transformam elementos construtivos como fachadas, telhados, janelas e até jardins em fontes ativas de eletricidade, integrando estética, eficiência e sustentabilidade no mesmo projeto.

Empresas como a GoodWe, referência internacional no setor, estão liderando essa transformação com tecnologias que permitem que edifícios comerciais, residenciais e públicos se tornem ativos energéticos inteligentes e visualmente impressionantes.

Confira os cinco principais diferenciais do BIPV que estão atraindo incorporadoras, arquitetos e investidores em todo o mundo:

1. Design sustentável: energia e estética no mesmo projeto

Ao contrário das soluções solares tradicionais, que são instaladas como complementos visuais, o BIPV faz parte do projeto arquitetônico desde a concepção. Isso significa que vidros, paredes e telhados são pensados como superfícies geradoras de energia, preservando ou até mesmo valorizando o design moderno e sofisticado dos empreendimentos.

2. Economia de energia de até 50% ao ano

Edifícios equipados com sistemas BIPV reduzem significativamente o consumo de eletricidade da rede. Estima-se que a economia anual possa variar entre 30% e 50% nos gastos com energia, o que diminui drasticamente as emissões de carbono associadas ao funcionamento da edificação.

A GoodWe se destaca por seus módulos fotovoltaicos de alta eficiência, que oferecem retorno mais rápido sobre o investimento, otimizando o custo total do projeto ao longo da vida útil.

3. Redução de custos com materiais de construção

Uma vantagem pouco explorada, mas altamente estratégica do BIPV, é a substituição de materiais convencionais de construção por componentes solares ativos. Telhas, vidros e revestimentos são substituídos por soluções solares integradas, reduzindo o uso de materiais tradicionais e, com isso, os custos totais da obra.

4. Durabilidade superior e isolamento térmico

Os sistemas BIPV são desenvolvidos para suportar condições extremas de clima e apresentar durabilidade acima de 25 anos, superando a vida útil da maioria dos materiais construtivos convencionais. Além disso, agregam melhor desempenho térmico e acústico, o que contribui para maior conforto dos usuários e menor demanda energética em climatização.

5. Instalação modular e eficiente

Outro diferencial importante é o formato modular e pré-fabricado dos sistemas BIPV, que permite a instalação simultânea à construção civil, reduzindo em até 30% o tempo de obra em comparação com instalações solares convencionais. Isso representa um ganho importante de produtividade e economia.

BIPV: o futuro das cidades inteligentes começa pela fachada

A proposta do BIPV vai além da geração de energia. Trata-se de uma mudança de paradigma na forma como edifícios são pensados: não mais como consumidores passivos, mas como elementos ativos da matriz energética urbana.

Com soluções que aliam eficiência, estética, durabilidade e retorno econômico, o BIPV se consolida como uma peça-chave na construção de cidades inteligentes e sustentáveis. E empresas como a GoodWe estão na linha de frente dessa transformação.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 31/07/2025

CONAB PUBLICA NOVO AVISO DE FRETE PARA REMOÇÃO DE MILHO DESTINADO A PEQUENOS CRIADORES

Redação Portogente



Conab mobiliza 7,5 mil toneladas de milho para Piauí, Ceará e Espírito Santo por leilão eletrônico milho em grãos plantação

Unidades armazenadoras da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) no Piauí, Ceará e Espírito Santo serão abastecidas com aproximadamente 7,5 mil

toneladas de milho, em grãos, provenientes dos estoques públicos. Para viabilizar a operação, foi publicado o Aviso de Frete nº 058/2025, que prevê a contratação de frete por meio de leilão eletrônico, que será realizado no dia 8 de agosto, às 9h30.

Do total a ser transportado, cerca de 4,2 mil toneladas serão destinadas ao estado do Piauí, com entregas nos municípios de Floriano, Parnaíba, Teresina e Piri-piri. No Espírito Santo, o volume de aproximadamente 3 mil toneladas seguirá para unidades em Cachoeiro de Itapemirim e Colatina. Já o Ceará receberá cerca de 204 toneladas no município de Juazeiro do Norte. Os carregamentos sairão de armazéns localizados em Sinop (MT), sendo realizados a granel, com prazos de execução que variam conforme os fluxos operacionais estabelecidos no edital.

A iniciativa integra o esforço da Conab para assegurar o fornecimento de milho aos pequenos criadores rurais cadastrados no Programa de Venda em Balcão (ProVB).

Por meio do programa, os produtores adquirem o grão a preços compatíveis com os praticados no atacado local, ampliando o acesso aos estoques públicos mantidos pelo governo federal.

Empresas interessadas em participar do pregão devem atender aos requisitos previstos no regulamento da Companhia, incluindo comprovação de regularidade cadastral, inscrição no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC) e apresentação das garantias exigidas. Clique aqui para mais informações.

Fonte: Portal Porto Gente
Data: 31/07/2025

DTA ENGENHARIA INICIA OBRAS DE DRAGAGEM NO PORTO DO RIO DE JANEIRO

Redação Portogente



Com investimento de R\$ 116 milhões, o projeto vai gerar mais de 700 empregos

Foto: Cluster Naval

A DTA Engenharia, uma das principais referências em dragagem e infraestrutura portuária no Brasil, dará início a mais um projeto estratégico no setor: a readequação e ampliação do canal de acesso ao Cais da Gamboa e à Área de Barra Grande, no Porto do Rio de Janeiro.

As intervenções começam após a assinatura da ordem de serviço, marcada para esta terça-feira (29), em cerimônia que contará com a presença do presidente da empresa, João Acácio Gomes de Oliveira Neto.

O Cais da Gamboa é um dos terminais mais estratégicos do complexo, com vocação para cargas gerais e logística integrada. Já a Barra Grande é uma das principais rotas de entrada e saída de navios no porto.

Com investimento estimado em R\$ 116,9 milhões e prazo de execução de seis meses, o contrato prevê a elaboração dos projetos básico e executivo, realização da dragagem, implementação de sinalização náutica e balizamento, além de outras ações complementares.

✦ A iniciativa deverá gerar aproximadamente 180 empregos diretos e 550 indiretos, contribuindo significativamente para a economia local e impulsionando a cadeia produtiva do setor de infraestrutura.

Após a conclusão da obra, o Porto do Rio de Janeiro estará pronto para receber navios de grande porte, como os do tipo Panamax, que podem transportar entre 65 mil e 80 mil toneladas de carga.



Isso será possível graças ao aprofundamento do canal de -8,80 metros para -13,00 metros no Cais da Gamboa e para -17,00 metros na Barra Grande, proporcionando mais segurança na navegação, eficiência operacional e maior competitividade.

"A profundidade dos canais é determinante para a competitividade dos portos." Essa obra representa um salto na eficiência logística do Porto do Rio e reforça o papel da DTA no desenvolvimento da infraestrutura nacional", destaca Oliveira Neto.

Obra

No Cais da Gamboa, serão retirados cerca de 1,3 milhão de metros cúbicos de sedimentos do fundo do mar. A maior parte será removida com uma draga de sucção e arrasto (1.054.728 m³), equipamento que funciona como um grande aspirador submarino.

O restante será extraído com escavadeiras marítimas (227.417 m³), utilizadas em áreas de difícil acesso. Também será feita a derrocagem, ou seja, a fragmentação e retirada de rochas submersas (5.346 m³).

Na Barra Grande, o volume a ser dragado será ainda maior: aproximadamente 1,4 milhão de metros cúbicos, removidos integralmente com draga de sucção.

Todo o material será descartado de forma ambientalmente segura em um local previamente autorizado no oceano, conhecido como Ponto F.

Sobre a DTA

Com mais de 25 anos de atuação em obras portuárias e marítimas, a DTA Engenharia tem papel protagonista na modernização da infraestrutura logística do país.

A empresa é responsável por algumas das maiores dragagens já realizadas no Brasil, sempre com foco em excelência técnica, inovação e compromisso com o desenvolvimento nacional.

A DTA é o único grupo 100% brasileiro a atuar no segmento de dragagem portuária pesada no Brasil, setor liderado mundialmente por empresas europeias.

Ela se destaca por seu modelo de negócio inovador, que permite performance superior, custos reduzidos e qualidade técnica inquestionável.

A empresa realiza projetos complexos com atenção a aspectos técnicos, econômicos e ambientais, reafirmando sua liderança no setor. BR

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 31/07/2025



EDITORIAL – PLANEJAMENTO DE LONGO PRAZO, UMA EVIDENTE NECESSIDADE

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A discussão em torno do aprimoramento do Plano Nacional de Logística (PNL) 2050, com a participação de ministros e do diretor-presidente da Infra S.A., Jorge Bastos, evidencia um reconhecimento importante por parte das autoridades: a urgência de o Brasil possuir um planejamento de longo prazo para a infraestrutura de transportes. Em um cenário global de tensões geopolíticas e econômicas, a ausência de uma visão estratégica consistente compromete a competitividade e a relevância do País no comércio internacional.

O diretor-presidente da Infra S.A., Jorge Bastos, acertadamente definiu o PNL como o “instrumento que vai indicar o caminho claro e realista para o futuro da rede logística nacional”. Essa abordagem



planejada e de longo prazo é essencial para a eficiência nos investimentos, orientando onde e como aplicar recursos públicos e privados. A previsão de publicação do documento ainda este ano, juntamente com o programa de concessões, sinaliza um esforço para atrair capital e promover a tão necessária integração entre os diferentes modais.

A importância de o setor de infraestrutura brasileiro, especialmente o segmento dos transportes, contar com um planejamento de longo prazo é inegável para a competitividade do País. O ministro dos Transportes, Renan Filho, ressaltou que os investimentos recordes nesse mercado colocam o Brasil em uma posição estratégica para enfrentar os desafios da nova ordem econômica. Para ele, a infraestrutura tem um papel central no fortalecimento do país no cenário internacional.

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, reforçou a ideia de que o PNL 2050 é uma estratégia para reposicionar o Brasil no comércio global, com foco na redução da dependência do modal rodoviário, no investimento em transporte limpo e na ampliação da integração com a Ásia e o Mercosul. Esse olhar para o futuro, que ultrapassa a gestão de um governo, é fundamental para garantir a continuidade dos projetos e a segurança jurídica que os investidores tanto almejam.

Além de atender às demandas logísticas, o planejamento de longo prazo é essencial para garantir a transparência necessária para atrair investimentos. O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, destacou que a combinação de bons projetos, alinhados à agenda sustentável, com a crescente procura global por oportunidades rentáveis, posiciona o Brasil de forma estratégica. Um plano detalhado e transparente, como o PNL 2050, oferece a previsibilidade e a confiança que o capital privado exige para se comprometer com projetos de grande escala.

A sinergia entre os ministérios e a atuação conjunta na elaboração do PNL 2050 demonstram uma compreensão da complexidade e da interdependência da infraestrutura. A integração de modais e a busca por soluções que reduzam custos logísticos e promovam a sustentabilidade são elementos que, se bem executados, farão com que o Brasil se consolide como um player global de destaque. O PNL 2050 tem o potencial de ser a bússola que guiará o desenvolvimento da infraestrutura brasileira nas próximas décadas, garantindo um futuro mais competitivo e resiliente para o País.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 31/07/2025*

NACIONAL - HUB – CURTAS - CARNE BOVINA BRASILEIRA FICA DE FORA DO TARIFAÇO DE TRUMP

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

A CARNE BOVINA

A carne bovina não foi incluída entre as mercadorias brasileiras que ficaram isentas da nova política tarifária dos Estados Unidos, o “tarifaço”, e passará a pagar 50% de imposto para ser importada para o mercado consumidor norte-americano.

Mesmo assim, a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec) considerou positiva a extensão do prazo para entrada em vigor da nova alíquota. A tarifa entra em vigor daqui a sete dias para produtos que estão nos Estados Unidos e, em 5 de outubro, para os que forem embarcados em até 7 dias, segundo comunicado do governo dos Estados Unidos.

PRAZO SATISFATÓRIO

“Isso faz com que as carnes que estavam no mar ou desembarçadas nas aduaneiras brasileiras possam chegar aos EUA em tempo hábil. Nesse sentido, o prazo dado é satisfatório”, declarou o presidente da Abiec, Roberto Perosa, nessa quarta-feira, instantes antes de se reunir com o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, na sede do Ministério, em Brasília.

EM TRÂNSITO

Segundo a Abiec, cerca de 30 mil toneladas da proteína brasileira estavam em alto-mar ou embarcadas nos portos nacionais prontas para serem encaminhadas aos Estados Unidos após o anúncio da imposição da tarifa em 9 de julho.

OTIMISMO

Perosa ainda acredita em reduzir a nova carga tarifária para as carnes brasileiras. “O governo está tentando negociar. Nós estamos tentando conversar com importadores para que continuem negociações lá nos EUA também”, disse. Mas ele defende que, nesse novo cenário, “a alternativa é distribuir esse volume ao redor do mundo”.

HIDROVIAS EM DESTAQUE

O ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, defendeu nessa quarta-feira, dia 30, em evento em São Paulo, a ampliação das hidrovias e o avanço da sustentabilidade como caminhos essenciais para reduzir custos logísticos, integrar regiões e atrair novos investimentos para o setor. Segundo Costa Filho, pela primeira vez na história do País, as hidrovias passaram a ser tratadas como prioridade estratégica para o desenvolvimento logístico brasileiro. O ministro destacou que o Brasil tem mais de 20 mil quilômetros de hidrovias navegáveis e potencial para chegar a 60 mil quilômetros.

INVESTIR É ESSENCIAL

“O Brasil tem potencial para transformar o transporte hidroviário em um dos grandes vetores logísticos nacionais. Investir nas hidrovias é essencial para aumentar a competitividade, reduzir custos e integrar regiões”, afirmou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/07/2025

NACIONAL - TRUMP ACUSA BRASIL DE AMEAÇAR LIBERDADE E IMPÕE TARIFA DE 50%

Além da sobretaxa a produtos importados, medida inclui sanções a Alexandre de Moraes e demais ministros do STF, além do procurador-geral da República

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



“O presidente Trump está protegendo a segurança nacional, a política externa e a economia dos Estados Unidos de uma ameaça estrangeira”, afirma o comunicado da Casa Branca

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, assinou na quarta-feira (30) uma ordem executiva que impõe uma tarifa de 50% sobre produtos importados do Brasil. A medida, que entra em vigor em 6 de agosto, é classificada pela Casa Branca como uma resposta a uma “ameaça incomum e extraordinária” à

segurança nacional, à política externa e à economia americana.

A decisão se baseia na Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional, de 1977, e atinge setores considerados estratégicos nas relações comerciais entre os dois países. Apesar da alíquota elevada, o decreto estabelece exceções para itens como suco de laranja, aeronaves civis, petróleo, veículos e peças automotivas, fertilizantes e produtos energéticos.

No texto da ordem executiva, Trump afirma que a medida visa “proteger empresas americanas da extorsão, salvaguardar a liberdade de expressão dos cidadãos dos EUA e responsabilizar violadores de direitos humanos por seu comportamento ilegal”.



A Casa Branca acusa o governo brasileiro de cometer “perseguição, intimidação, assédio, censura e processo politicamente motivado” contra o ex-presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores. Segundo o documento, essas ações configuram “graves abusos de direitos humanos” e ameaçam o Estado de Direito. O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), é citado como responsável por “coagir arbitrariamente empresas americanas”.

LEIA TAMBÉM: Quase metade das exportações do Brasil aos EUA escapa de tarifa de Trump

“O presidente Trump está protegendo a segurança nacional, a política externa e a economia dos Estados Unidos de uma ameaça estrangeira”, afirma o comunicado “Quando empresas americanas se recusaram a cumprir essas ordens (da Justiça brasileira), ele (Moraes) impôs multas substanciais, ordenou a exclusão dessas empresas do mercado de redes sociais no Brasil, ameaçou seus executivos com processos criminais e, em um caso, congelou os ativos de uma empresa americana.”

Além da tarifa, o decreto fundamenta a imposição de sanções adicionais contra autoridades brasileiras. Alexandre de Moraes foi incluído na lista da Lei Magnitsky, que prevê bloqueio de bens e restrições a transações bancárias. Também tiveram os vistos americanos revogados sete ministros do STF e o procurador-geral da República, Paulo Gonet. Os ministros André Mendonça, Nunes Marques e Luiz Fux ficaram de fora da lista.

A Casa Branca acusa o governo brasileiro de restringir a atuação de plataformas digitais, interferir na liberdade de expressão de cidadãos americanos e utilizar o sistema Judiciário como instrumento político.

O comunicado afirma que a adoção das tarifas está em consonância com a política externa de Trump. “Preservar e proteger os direitos de liberdade de expressão de todos os americanos e defender empresas americanas contra censura forçada continuará sendo prioridade”, conclui o texto.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/07/2025

NACIONAL - LULA REAGE A SANÇÕES E DEFENDE SOBERANIA NACIONAL

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) emitiu uma nota oficial na noite de quarta-feira (30) em defesa da democracia e da soberania nacional diante das ações dos Estados Unidos contra a economia e o Judiciário brasileiros.

“O Brasil é um país soberano e democrático, que respeita os direitos humanos e a independência entre os Poderes. Um país que defende o multilateralismo e a convivência harmoniosa entre as Nações, o que tem garantido a força da nossa economia e a autonomia da nossa política externa. É inaceitável a interferência do governo norte-americano na Justiça brasileira”, afirmou.

Foi a primeira reação pública do presidente após os EUA anunciarem uma sanção punitiva contra o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes e, em seguida, oficializarem uma tarifa de 50% sobre produtos brasileiros por meio de ordem executiva assinada pelo presidente Donald Trump.

Na nota, Lula manifesta solidariedade do governo federal a Moraes e afirma que o magistrado é “alvo de sanções motivadas pela ação de políticos brasileiros que traem nossa pátria e nosso povo em defesa dos próprios interesses”.

“Um dos fundamentos da democracia e do respeito aos direitos humanos no Brasil é a independência do Poder Judiciário e qualquer tentativa de enfraquecê-lo constitui ameaça ao próprio regime democrático. Justiça não se negocia”, prossegue Lula.

A nota considera injustificável o uso de argumentos políticos para embasar medidas comerciais contra o Brasil. “A motivação política das medidas contra o Brasil atenta contra a soberania nacional e a própria relação histórica entre os dois países”, observa.

Por fim, o governo afirma que está disposto a negociar apenas os aspectos comerciais da relação bilateral, sem abrir mão dos instrumentos legais de defesa, como a Lei de Reciprocidade Comercial, além de um plano de contingência para reduzir os efeitos das tarifas. “Nossa economia está cada vez mais integrada aos principais mercados e parceiros internacionais. Já iniciamos a avaliação dos impactos das medidas e a elaboração das ações para apoiar e proteger os trabalhadores, as empresas e as famílias brasileiras”, conclui Lula.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 31/07/2025

NACIONAL - QUASE METADE DAS EXPORTAÇÕES DO BRASIL AOS EUA ESCAPA DE TARIFA DE TRUMP

Câmara Americana de Comércio calcula que 43,4% dos produtos brasileiros ficaram fora da sobretaxa de 50% imposta por ordem executiva

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Entre os itens mais relevantes que escaparam da nova taxa dos Estados Unidos, combustíveis lideram a lista, com 76 produtos e US\$ 8,5 bilhões exportados em 2024

A Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham Brasil) estima que 43,4% das exportações brasileiras para os Estados Unidos — o equivalente a US\$ 18,4 bilhões — foram poupadas da tarifa adicional de 50% determinada pelo presidente norte-americano, Donald Trump. A sobretaxa foi oficializada na quarta-feira (30), por

meio de uma ordem executiva que impacta diretamente o comércio bilateral de US\$ 42,3 bilhões anuais.

Segundo a Amcham, a lista de exceções à medida inclui 694 produtos. Entre eles estão petróleo e combustíveis, suco e polpa de laranja, minérios, fertilizantes, motores, peças e componentes industriais, além de aeronaves civis. Mesmo com a exclusão desses itens, a tarifa será aplicada a produtos relevantes da pauta exportadora brasileira, como café e carne bovina.

LEIA TAMBÉM: Trump acusa Brasil de ameaçar liberdade e impõe tarifa de 50%

“Embora essas exceções atenuem parcialmente os efeitos da tarifa de 50% anunciada, a Amcham reforça que ainda há um impacto expressivo sobre setores estratégicos da economia brasileira. Produtos que ficaram de fora da lista continuam sujeitos ao aumento tarifário, o que compromete a competitividade de empresas brasileiras e, potencialmente, cadeias globais de valor”, destacou a entidade, em nota.

Entre os itens mais relevantes que escaparam da nova taxa, combustíveis lideram a lista, com 76 produtos e US\$ 8,5 bilhões exportados em 2024. Em seguida aparecem aeronaves civis, com 22 produtos e mais de US\$ 2 bilhões em vendas. Também foram poupadas as exportações de ferro e aço (US\$ 1,8 bilhão) e de pastas de madeira (US\$ 1,7 bilhão).

A Amcham reforçou a necessidade de diálogo entre os governos para preservar a parceria entre Brasil e Estados Unidos, classificadas pela entidade como “as duas maiores economias do Hemisfério Ocidental”.

Produtos brasileiros isentos da tarifa de 50% dos EUA

Apesar da imposição tarifária, o decreto norte-americano prevê uma série de exceções para setores estratégicos e insumos essenciais à economia dos EUA. Estão fora da lista:

- Aviação civil: aeronaves, peças, motores e equipamentos de manutenção;
- Automóveis: veículos de passageiros e suas peças (incluindo SUVs, vans e caminhões leves);
- Minérios e metais: aço, alumínio, cobre, ferro, ouro, prata, silício e derivados semiacabados;
- Agronegócio e fertilizantes: suco de laranja, castanhas, madeira tropical, sisal, mica, polpa de madeira e adubos agrícolas;
- Energia: carvão, gás natural, petróleo e subprodutos como querosene, óleos e energia elétrica;
- Outras isenções: bens em trânsito antes de 6 de agosto, doações filantrópicas, objetos pessoais, materiais informativos (como livros e filmes) e produtos enviados para reparo ou modificação.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/07/2025

NACIONAL - MINERAÇÃO ESCAPA EM PARTE DO TARIFAÇO, MAS 25% DAS EXPORTAÇÕES SERÃO AFETADAS

A sobretaxa foi oficializada na quarta-feira (30), com a assinatura de uma ordem executiva de Donald Trump

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

O Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) informou que 75% das exportações minerais brasileiras aos Estados Unidos devem escapar da nova tarifa de 50% imposta pelo governo norte-americano. Ainda assim, o setor calcula que cerca de 25% das vendas serão afetadas.

A sobretaxa foi oficializada na quarta-feira (30), com a assinatura de uma ordem executiva pelo presidente dos EUA, Donald Trump. O decreto confirmou a aplicação da tarifa de 50% sobre os produtos brasileiros e apresentou uma lista com cerca de 700 itens que ficarão de fora da medida, entre eles suco e polpa de laranja, combustíveis, minérios, fertilizantes e aeronaves civis.

LEIA TAMBÉM: Quase metade das exportações do Brasil aos EUA escapa de tarifa de Trump

“Uma análise preliminar do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), com base no documento divulgado nesta quarta-feira (30) pelo governo dos Estados Unidos, indica que, dos 1,53 bilhões de dólares — valor que representa 4% das exportações minerais brasileiras destinadas ao mercado norte-americano — cerca de 75% estão incluídos nas exceções previstas pelo decreto. Com isso, 25% das exportações serão impactadas”, diz a nota da entidade.

Entre os minérios liberados da taxa estão caulim, cobre, manganês, vanádio, bauxita e algumas pedras e rochas ornamentais. O Ibram afirma que ainda avalia os detalhes da ordem executiva para compreender plenamente seus efeitos e ressalta que seguirá atuando para que “todos os minerais brasileiros sejam excluídos da nova sobretaxa”.

As tarifas começam a valer no dia 6 de agosto.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/07/2025

NACIONAL - SETOR CAFEIRO TENTA EVITAR SOBRETAXA NOS EUA E ALERTA PARA IMPACTO NOS PREÇOS

Segundo o Cecafé, a entidade seguirá em articulação para tentar incluir o café brasileiro entre os produtos liberados da tarifa

Da Redação redacao.jornal@redebenevents.com.br



O Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé) tenta reverter a inclusão do café na lista de produtos brasileiros que serão alvo da nova tarifa de 50% imposta pelos Estados Unidos. A medida foi oficializada na quarta-feira (30) por meio de uma ordem executiva assinada pelo presidente norte-americano, Donald Trump.

A lista de exceções anunciada por Washington inclui cerca de 700 itens, como suco e polpa de laranja, combustíveis, minérios, fertilizantes e aeronaves civis — com motores, peças e componentes. O café, no entanto, não está entre os produtos isentos da sobretaxa.

Segundo o Cecafé, a entidade seguirá em articulação com representantes norte-americanos do setor, especialmente a National Coffee Association (NCA), para tentar incluir o café brasileiro entre os produtos liberados da tarifa. A avaliação é de que a medida pode gerar efeitos adversos não só para o Brasil, mas também para o consumidor americano.

LEIA TAMBÉM: Quase metade das exportações do Brasil aos EUA escapa de tarifa de Trump

“O ato implicará elevação desmedida de preços e inflação, uma vez que esses tributos serão repassados à população americana no ato da compra”, afirmaram em nota o presidente do Conselho Deliberativo do Cecafé, Márcio Ferreira, e o diretor-geral da entidade, Marcos Matos.

O Brasil é o principal fornecedor de café para os Estados Unidos, respondendo por mais de 30% do consumo norte-americano, segundo o Cecafé. Em sentido inverso, o mercado norte-americano representa 16% das exportações brasileiras do grão.

“O café também é de suma relevância aos Estados Unidos, haja vista que 76% do povo norte-americano consome a bebida; a população gasta cerca de US\$ 110 bilhões em café e itens relacionados (US\$ 301 milhões por dia) ao ano”, destacaram os representantes da entidade.

A Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA) também se manifestou contra a medida, alertando para o impacto sobre o segmento de cafés de qualidade. Os Estados Unidos são o principal destino das exportações brasileiras de cafés especiais, com cerca de 2 milhões de sacas vendidas por ano e receita superior a US\$ 550 milhões.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 31/07/2025

NACIONAL - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES FAZ 165 ANOS E DISCUTE FUTURO DA INFRAESTRUTURA

Evento em Brasília reuniu lideranças do setor e incluiu reflexões sobre saúde mental, inovação e desafios logísticos do país

Da Redação redacao.jornal@redebenevents.com.br



A cerimônia de comemoração dos 165 anos do Ministério foi realizada na sede da pasta, em Brasília, e reuniu servidores, autoridades e representantes de órgãos vinculados

Com uma programação que incluiu palestras, homenagens e reflexões sobre o futuro do setor, o Ministério dos Transportes comemorou, na

terça-feira (29), seus 165 anos de criação. A cerimônia foi realizada na sede da pasta, em Brasília (DF), e reuniu servidores, autoridades e representantes de órgãos vinculados.

A abertura do evento teve como destaque uma palestra do fundador da Sociedade Vipassana de Meditação, Regis Guimarães, que conduziu uma atividade voltada ao equilíbrio emocional e ao bem-estar dos servidores. A proposta foi reforçar a importância da saúde mental no ambiente de trabalho.

No período da tarde, a solenidade contou com a participação do secretário-executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro; do secretário Nacional de Trânsito, Adrualdo Catão; do diretor-presidente da Infra S.A., Jorge Bastos; e de representantes de instituições como o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Em sua fala, Santoro destacou a atuação integrada entre secretarias e vinculadas, classificando o Ministério como um “ecossistema” voltado à construção de uma política de transportes moderna e sustentável. “Desde 2023, temos investido em uma agenda baseada nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, promovendo iniciativas que conectam infraestrutura com inclusão social, preservação ambiental e respeito às comunidades locais”, afirmou.

Ele também abordou os avanços das últimas décadas na logística nacional e os desafios para dar conta da crescente demanda por transporte em diferentes regiões do país. Segundo o secretário-executivo, expandir a malha viária exige responsabilidade ambiental, diálogo com os territórios e gestão transparente dos recursos. Ao mencionar o modelo de concessões rodoviárias, ressaltou os benefícios já percebidos e antecipou uma agenda robusta de investimentos. “2025 será marcado pelo maior número de leilões rodoviários da história, o que deve atrair novos grupos e ampliar a competitividade do setor”, disse.

A programação foi encerrada com uma palestra do jornalista e escritor Pedro Doria, intitulada “Redes Sociais, LGPD e Inteligência Artificial: o novo cenário ético”. A apresentação discutiu o uso consciente da tecnologia e os desafios da administração pública diante da proteção de dados e da regulação de plataformas digitais.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 31/07/2025

NACIONAL - PNL 2050 FOCA EM INTEGRAÇÃO E ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

Plano Nacional de Logística foi debatido em evento na Fiesp com ênfase na sustentabilidade, competitividade e visão de longo prazo

Da Redação redacao.jornal@redebnews.com.br



Este é o segundo debate com propósito de ouvir o setor produtivo para captar as demandas regionais e apontar caminhos que estimulem a inovação e novos investimentos setoriais

O planejamento de longo prazo deve ser uma das prioridades para o setor de infraestrutura do Brasil, destacou o diretor presidente da Infra S.A., Jorge Bastos, durante o segundo encontro promovido pelo Governo Federal para aprimorar o Plano Nacional de Logística (PNL) 2050, realizado na quarta-feira (30), em São Paulo. O plano, em elaboração pelo Ministério dos Transportes com suporte da Infra S.A., será a referência para a expansão da infraestrutura de transportes do país.

“O Plano Nacional de Logística é o instrumento que vai indicar o caminho claro e realista para o futuro da rede logística nacional, garantindo eficiência nos investimentos e orientando decisões estratégicas sobre onde e como aplicar recursos públicos e privados”, enfatizou Bastos.

O governo prevê que a publicação do documento ocorra ainda este ano e que, ao lado do programa de concessões, contribua para atrair investimentos e promover a integração dos diferentes modais no país.

Presente no evento, o ministro dos Transportes, Renan Filho, reforçou que os investimentos recordes no setor colocam o Brasil em posição estratégica para enfrentar os desafios da nova ordem econômica global. Ele ressaltou que a infraestrutura tem papel central na competitividade e no fortalecimento do país no cenário internacional, especialmente diante das tensões comerciais que afetam os fluxos logísticos e as relações comerciais.

“O Brasil está vivendo um bom momento no avanço da nossa infraestrutura. Estamos em máxima histórica no somatório de investimentos público e privado, o que impulsiona o desenvolvimento e abre novas oportunidades. Por isso, vamos continuar ampliando os investimentos para que, de 2025 a 2030, possamos bater recordes sucessivos e consolidar o país como um grande player global”, afirmou Renan Filho.

Para a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, discutir logística no atual contexto global requer considerar não apenas as demandas internas, mas também os impactos das tensões geopolíticas e econômicas. A ministra ressaltou que o PNL 2050 é uma estratégia que vai reposicionar o Brasil no comércio global.

“Precisamos reduzir a dependência do modal rodoviário, investir em transporte limpo, ampliar nossa integração com a Ásia por rotas mais curtas, como a Bioceânica, e fortalecer os laços comerciais



com Mercosul, BRICS e Europa. Estamos construindo soluções que atravessam governos, garantindo competitividade e sustentabilidade para as próximas décadas”, assinalou Simone.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, destacou que o Brasil vive um momento único para atrair investimentos internacionais em infraestrutura. Para ele, a combinação de bons projetos, alinhados à agenda sustentável, e a crescente procura global por oportunidades rentáveis, coloca o país em posição estratégica no cenário econômico mundial.

Sustentabilidade no centro

O PNL 2050 será o primeiro plano elaborado com base em uma visão de Estado, alinhando políticas públicas, setor privado e sociedade. Ele substituirá o PNL 2035, incorporando dados reais de demanda futura, como o mapeamento de cargas a partir de notas fiscais eletrônicas, e diretrizes de sustentabilidade para reduzir emissões e tornar os projetos mais resilientes frente às mudanças climáticas.

O documento incorpora diretrizes voltadas à sustentabilidade em todas as etapas do planejamento. O foco está na redução de emissões de gases poluentes, no incentivo a práticas ambientalmente responsáveis e na criação de condições mais ágeis para o licenciamento ambiental, requisito fundamental para a execução dos projetos.

Esse será o primeiro plano desenvolvido sob as diretrizes do Planejamento Integrado de Transportes (PIT), criado pelo Decreto nº 12.022/2024. O PIT busca consolidar uma estratégia que aumente a competitividade do Brasil, impulse o desenvolvimento regional e melhore a integração logística em nível nacional.

Modais em debate

Realizado na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), este é o segundo debate com propósito de ouvir representantes de todo o setor produtivo para captar as demandas regionais e apontar caminhos que estimulem a inovação e novos investimentos setoriais. O ciclo de discussões do PNL 2050 passará ainda por outras dez capitais brasileiras, abrangendo diferentes regiões do país.

Também participaram do evento na Fiesp o presidente da Confederação Nacional do Transporte (CNT), Vander Costa; o diretor-presidente da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Navegação Interior (Abani), José Rebelo III; o presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abeas), Juliano Noman; e o presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB), Venilton Tadini.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 31/07/2025

NACIONAL - DIVERSIFICAÇÃO DE MODAIS E SOLUÇÕES IMEDIATAS SÃO PRIORIDADES, DIZ INFRA S.A.

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br

“PRECISAMOS DIVERSIFICAR MODAIS, VALORIZAR A CABOTAGEM, QUE É O TRANSPORTE MAIS BARATO, E RECUPERAR TRECHOS ESTRATÉGICOS, COMO A MALHA-OESTE, QUE PODE INTEGRAR O BRASIL AO PACÍFICO, VIA BOLÍVIA”

JORGE BASTOS
presidente da Infra S.A.

O diretor-presidente da Infra S.A., Jorge Bastos, destacou que, além do apoio ao Ministério dos Transportes na formulação do Plano Nacional de Logística 2050, a empresa também desenvolve alternativas que conciliam visão de futuro com soluções de curto prazo.

“Precisamos diversificar modais, valorizar a cabotagem, que é o transporte mais barato, e recuperar trechos estratégicos, como a Malha-Oeste, que pode integrar o Brasil ao Pacífico, via Bolívia”, afirmou no encerramento do encontro realizado em São Paulo.

Bastos ponderou que a Rota Bioceânica é essencial, mas exige tempo. Por isso, a Infra S.A. trabalha em medidas que ofereçam resultados mais imediatos, sem abrir mão dos projetos estruturantes.

“Esse diálogo com o setor produtivo é fundamental na definição de caminhos rápidos e eficazes para o desenvolvimento logístico do país”, concluiu.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/07/2025

REGIÃO SUDESTE - PETROBRAS REALIZA PARADA PROGRAMADA DE MANUTENÇÃO NA REFINARIA DE CUBATÃO

Intervenções envolvem unidades de coque e destilação, com investimentos estimados em R\$ 490 milhões

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Segundo a Petrobras, a manutenção periódica é realizada a cada seis anos e é necessária para manter a segurança operacional e a continuidade do fornecimento de derivados

A Refinaria Presidente Bernardes (RPBC), localizada em Cubatão (SP), iniciou em julho uma parada programada de manutenção nas unidades de Coque de Petróleo (UCP-1) e de Destilação (UN). Os serviços começaram no dia 12 e devem durar cerca de 30 dias, segundo a Petrobras.

De acordo com a estatal, a operação envolve cerca de 3,6 mil trabalhadores próprios e terceirizados e recebe investimentos da ordem de R\$ 490 milhões. A parada inclui inspeções normativas, manutenções preventivas e corretivas, com foco na integridade das instalações e na segurança das equipes.

A Petrobras informou ainda que essa manutenção periódica é realizada a cada seis anos e é considerada necessária para manter a segurança operacional e a continuidade do fornecimento de derivados. Apesar da produção parcial interrompida, a companhia afirma que o abastecimento ao mercado segue normal. Para isso, há planejamento prévio de estoques e atuação coordenada das áreas de vendas e logística.

Segundo o gerente geral da RPBC, Fernando Tadeu de Castilho, a parada também contribui para projetos voltados à eficiência energética e à redução de emissões de gases de efeito estufa e da pegada de carbono, em alinhamento com o plano estratégico da companhia.

A RPBC tem capacidade para processar até 180 mil barris de petróleo por dia, o que representa cerca de 11% da produção de derivados da Petrobras. A unidade é responsável pela produção de gasolina de aviação, gasolina Podium Carbono Neutro, gasolinas especiais, solventes como benzeno, xilenos e tolueno, além de gasolina A, diesel S10 e gás liquefeito de petróleo (GLP). A maior parte da produção é destinada à Grande São Paulo, com volumes também enviados para a Baixada Santista e outras regiões do país, como Norte, Nordeste e Sul.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/07/2025

REGIÃO SUDESTE - SIMULADO NA TRAVESSIA SANTOS-GUARUJÁ TESTA RESPOSTA A VAZAMENTO DE ÓLEO

Exercício realizado entre Santos e Guarujá envolveu ferry boat e reuniu órgãos como Cetesb, Ibama, Capitania dos Portos e APS

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Segundo a Secretaria de Meio Ambiente de SP, a simulação reproduziu um vazamento de diesel marítimo durante o abastecimento de um ferry boat atracado no píer do estaleiro

A Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil) realizou, nesta quarta-feira (30), um simulado de emergência ambiental na travessia entre Santos e Guarujá, no litoral paulista. O treinamento, que faz parte do Plano de Emergência Individual (PEI), testou a capacidade de resposta a um possível vazamento de óleo sem representar

riscos ao meio ambiente.

A ação atende às exigências da Licença Ambiental de Operação da Cetesb e uma resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e não envolveu risco real de vazamento, pois como objetivo reforçar a capacidade de resposta rápida a incidentes com óleo no mar. Cetesb e Ibama participaram da ação.

O exercício simulou um vazamento de diesel marítimo durante o abastecimento de um ferryboat atracado no píer do estaleiro. A ocorrência fictícia foi prontamente comunicada pelo Centro de Controle Operacional (CCO) às equipes da Companhia responsáveis pelo PEI e aos órgãos competentes: Corpo de Bombeiros, Capitania dos Portos, Autoridade Portuária de Santos (APS) e Cetesb.

Materiais flutuantes foram utilizados para simular o óleo. O “vazamento” foi contido com 100 metros de barreiras de contenção, evitando que o material fictício atingisse áreas ambientais sensíveis, como mangues e praias da região. Em seguida, as equipes usaram rolos absorventes para simular a remoção dos contaminantes da água, para destinação ambientalmente adequada, conforme previsto em protocolo.

Todo o equipamento empregado pertence à Coordenadoria de Travessias e está estrategicamente armazenado no estaleiro para pronta utilização. Como precaução, rolos absorventes também foram posicionados nas pedras ao redor do estaleiro, habitat de diversas espécies marinhas.

A secretaria ressaltou também que o exercício foi realizado sem impactar a operação da travessia entre Santos e Guarujá, que seguiu normalmente durante toda a simulação.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 31/07/2025

REGIÃO SUDESTE - BARRA DO PORTO DE SANTOS É FECHADA POR MAU TEMPO

Ressaca e ventos de até 81 km/h dificultaram manobras e impediram entrada e saída de navios por quase 18 horas

Por **MARIA EDUARDA BICHO** redacao.jornal@redebeneews.com.br

A barra do Porto de Santos esteve fechada desde a tarde de terça-feira (29) devido às condições climáticas adversas. Segundo a Autoridade Portuária de Santos (APS), a navegação foi suspensa por volta das 16h45 por conta das fortes ondas que chegaram a 3,5 metros de altura, tornando as manobras de entrada e saída de embarcações inviáveis, e voltou a ser permitida, para navios com

calado até 12,5 metros, às 9h30 de quarta-feira (30). A saída e entrada de cargueiros foi retomada às 10h.

Durante o período de suspensão, 12 navios deixaram de desatracar e não houve programação de novas atracações. O monitoramento da situação segue sendo feito em tempo real.

Essa foi a segunda interrupção registrada em menos de 24 horas. Ainda na madrugada de terça-feira, a navegação precisou ser suspensa após ventos de até 81,69 km/h atingirem a região, junto com uma ressaca que provocou ondas de 3,35 metros. A retomada da movimentação ocorreu por volta das 13h15, mas voltou a ser interrompida horas depois, com a intensificação das condições marítimas.

A Praticagem de São Paulo explica que, diferentemente do alto-mar, o canal de acesso ao porto exige maior controle nas manobras, já que a profundidade é limitada. Em dias com ondas mais elevadas, há risco de que embarcações maiores toquem o fundo, o que compromete a segurança da operação.

Esses e outros dados podem ser consultados no site www.pracagemdobrasil.org.br.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 31/07/2025

REGIÃO NORDESTE - PROJETO DE FOSFATO E CALCÁRIO RECEBE INVESTIMENTO DE R\$ 1,4 BILHÃO NA BAHIA

Investimento da Galvani promete gerar mil empregos, fortalecer a indústria local e reduzir dependência de fertilizantes importados

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



O anúncio do investimento da empresa Galvani foi feito pela Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM) e aconteceu na Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB)

A Bahia se prepara para um grande impulso na sua economia mineral com o anúncio, nessa quarta-feira, dia 30, de um investimento de R\$ 1,4 bilhão da empresa Galvani. O projeto,

focado na produção de fosfato e calcário, promete criar mais de mil empregos e fortalecer a indústria local.

O anúncio foi feito pela Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM) e aconteceu na Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB). O objetivo do evento foi apresentar o plano da Galvani e mostrar quais são as necessidades da empresa para a indústria baiana.

Na apresentação, o presidente da CBPM, Henrique Carballal, ressaltou a importância de preparar as indústrias e o comércio da região para atender às demandas de uma empresa de capital aberto como a Galvani. Segundo ele, o sucesso do empreendimento depende da integração das indústrias e do comércio locais, o que garantirá um crescimento econômico sustentável.

“Muitos de nossos empresários não estão acostumados com isso. Precisam entender que há documentação e uma formatação do negócio que precisam se adequar às regras internacionais, às regras que o mercado estabelece”, explicou Carballal.

Carballal reforçou que a Galvani dará prioridade à contratação de mão de obra e empresas baianas. Ele enfatizou que o projeto é inclusivo e que seu principal objetivo é gerar desenvolvimento para a região. “Quem vai prestar serviço para a empresa Galvani serão empresas baianas. Porém, a gente tem que preparar essas indústrias, o comércio e as pessoas”, afirmou.

O investimento total de R\$ 1,4 bilhão já inclui recursos negociados com o Finep, uma agência de fomento do governo federal. Desse valor, R\$ 400 milhões já foram garantidos e podem chegar a R\$ 600 milhões. Parte da produção de fosfato e calcário será doada para a agricultura familiar, com 10 mil toneladas por ano destinadas a comunidades rurais.

Com a operação, a Bahia se tornará independente da importação de fertilizantes fosfatados e poderá atender 30% da demanda das regiões Norte e Nordeste.

Além dos benefícios econômicos, o projeto também prevê investimentos sociais. A Prefeitura de Irecê receberá R\$ 7 milhões para projetos sociais, e o município de Campo Alegre de Lourdes terá R\$ 3 milhões para o mesmo fim. Esses aportes financeiros, segundo Carballal, demonstram o compromisso do projeto com o desenvolvimento econômico, social e cultural da região.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 31/07/2025

NORDESTE EXPORT - LIDERANÇAS PROJETAM O FUTURO DA INFRAESTRUTURA NO NORDESTE EXPORT

Capital do Piauí recebe o fórum regional, que irá debater logística, inovação, transição energética e desafios históricos da região

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



A programação da edição 2025 do Nordeste Export contempla desde soluções para o escoamento da produção agrícola até aportes em armazenagem e terminais logísticos

O futuro da infraestrutura e da inovação no Nordeste será traçado em Teresina. A capital piauiense sedia nesta quinta (31) e sexta-feira (1º), o Nordeste Export 2025, principal fórum da região dedicado aos temas de logística, transportes, energia e desenvolvimento econômico.

Em meio aos desafios que atravessam os estados nordestinos, o evento promovido pelo Grupo Brasil Export reúne lideranças do setor público e privado para discutir gargalos históricos e propor caminhos para um novo tempo.

A programação contempla desde soluções para o escoamento da produção agrícola até investimentos em armazenagem e terminais logísticos. Um dos pontos centrais será o andamento das obras da Transnordestina e o papel da ferrovia na conexão entre os polos produtores do interior e os portos do Maranhão e do Ceará. Também entram na pauta temas como inovação aberta, blockchain na exportação, integração entre hubs e a exploração da Margem Equatorial.

Além dos temas técnicos, a transição energética e o futuro da legislação portuária ganham espaço nos debates. A agenda do InfraESG, promovido em parceria com a ANTT, discutirá os avanços no setor elétrico e nos compromissos ambientais, com participação de representantes da Equatorial Energia, do Senai Piauí e de portos estratégicos como Itaqui e Pecém. Já o InfraJur, braço jurídico do fórum, abre espaço para a análise do PL 733/2025 e seus impactos sobre a governança portuária, além de um painel especial sobre os desdobramentos da reforma tributária na região.



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 106/2025
Página 29 de 62
Data: 31/07/2025
www.mercosshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

O evento também será palco para experiências locais em inovação, com palestras, painéis e pitches de startups. A programação do Inova Export, na manhã de quinta, será aberta ao público e terá participação de representantes do ecossistema de inovação piauiense, como FAPEPI, IFPI, Sebrae, Carnaúba Valley e Cais Hub.

Segundo Islano Marques, presidente do Conselho do Piauí Export e diretor da FIEPI, a proposta do evento é construir pontes entre quem pensa, regula e investe no setor. “O Nordeste precisa discutir seus próprios caminhos para o desenvolvimento. Teresina está no centro desse debate, reunindo vozes que representam os desafios e as soluções para a nossa região”, afirma.

Toda a programação do Nordeste Export será transmitida pela TV BE News.

https://www.youtube.com/@tv_benews

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/07/2025

BRASIL EXPORT - PROGRAMAÇÃO NORDESTE EXPORT 2025

PROGRAMAÇÃO NORDESTE EXPORT 2025

31 | JULHO | QUINTA

08h30 Credenciamento

09h00 Inova Export | Iniciativa tem como proposta principal conectar pessoas, ideias e soluções nos setores de infraestrutura, logística, agronegócio, portos, comércio exterior, energia e gás

09h15 Cerimônia de abertura: Fabrício Julião, CEO do Grupo Brasil Export; Angelino Caputo, Presidente-Executivo da Associação Brasileira dos Terminais e Recintos Alfandegados (ABTRA); Islano Marques, Gestor da Área Internacional e de Mercado do Sistema FIEPI e Presidente do Conselho do Piauí Export; Gilvan Moreira, Presidente da Comissão de Implantação do Polo de Inovação do Instituto Federal do Piauí (IFPI); João Xavier, Presidente da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI); Delano Rocha, Diretor Técnico do SEBRAE Piauí; Joséli Martins, Coordenador da Governança do Ecossistema de Inovação Hílica Sociedade Civil; Mirna Vaz, Gestora Estadual do Núcleo de Ecossistemas do SEBRAE Piauí; Daniel Guimarães, Presidente do CAIS HUB; Rodrigo Balaz, Pós-doutor em Inovação e Presidente da comunidade de startups Carnaúba Valley; Marcus Linhares, Pós-doutor em empreendedorismo e inovação

09h20 Keynote | Ecossistema Local de Inovação de Teresina

09h30 Apresentação de Higo Matos, Conselheiro na governança do Ecossistema Local de Inovação de Teresina

09h50 Painel: Inovar para Impulsionar | Discussão sobre inovação aberta, desafios e avanços na região

Moderação: Karina Martins, Diretora-Executiva do HUB Brasil Export

Debate: Angelino Caputo, Presidente-Executivo da Associação Brasileira dos Terminais e Recintos Alfandegados (ABTRA); Gabriel Mateucci Cassia, Gerente de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação do Porto do Itaqui; Ana Beatriz Costa, Gestora do Programa Startup Nordeste e Negócios Inovadores-Sebrae Piauí; Islano Marques, Gestor da Área Internacional e de Mercado do Sistema FIEPI e Presidente do Conselho do Piauí Export; Raul Lamarca, Sócio e Founder do HUB Livre

10h30 Pitches de startups | Jane Lima, CEO da Atend; Bruno Ibiapina, CEO da Papatigua; Gabriel Esteves, CEO da Flux Consultoria

10h45 Inova Talk | Blockchain na exportação: inovação e credibilidade internacional

João Pedro Sens, CEO da SATS

10h50 Apresentação HUB Brasil Export + Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR): Lançamento do estado de caso de Sandbox Regulatório e destaques sobre os projetos conjuntos como o movimento Soul Export e Caravanas da Inovação | Karina Martins, Diretora-Executiva do HUB Brasil Export; Cristiano Gentilo, Coordenador-Geral de Inovação e Tecnologias da Informação e Comunicação do MPOR

11h10 Keynote | Inovação tecnológica em terminais logísticos do Nordeste: gestão, eficiência, e competitividade | Vander Serra de Abreu, Founder & COO/CCO da iPORT Solutions

11h30 Encerramento da programação da manhã

14h00 InfraESG, uma iniciativa da ANTT em parceria com o Grupo Brasil Export, o Ministério dos Transportes e a CNT

Temas: Avanços e desafios para a transição energética na região Nordeste

Moderação: Felipe Queiroz, Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)

Debate: Luane Lemos, Gerente de Meio Ambiente do Porto do Itaqui e fundadora da Aliança Brasileira para Descarbonização de Portos; Rebecca Oliveira, Vice-Presidente Financeira do Complexo do Pecém; Joaquim Milhomem, Gerente de Gerente de Relacionamento com o Cliente no Grupo Equatorial Energia; Roger Jacob, Diretor Regional do SENAI Piauí

15h30 Apresentação de Bruno Fonseca, Presidente da Praticagem do Brasil

Temas: Investimentos e boas práticas nas operações realizadas nas Zonas de Praticagem localizadas na região Nordeste

15h50 Dinâmica: Investimentos em armazenagem e movimentação de grãos líquidos

Apresentação: Howzenbergson de Brito Lima, Assessor Especial do Governador do Piauí e membro do Centro de Estratégias em Recursos Naturais e Energia (CERNE)

Temas: Desenvolvimento de novos negócios a partir da exploração da Margem Equatorial

Moderação: Bruno Merlin, Diretor de Comunicação do Grupo Brasil Export

Debate: Leonardo Carquinho, Diretor de Desenvolvimento de Negócios do Grupo Dislub Equador; Sílvia Aguiar, Gerente Institucional e Setorial da Granel Química

16h30 Intervalo

16h45 Abertura do InfraJur, Encontro Regional de Direito de Logística, Infraestrutura e Transportes | Celso Pirel, Coordenador Científico do Conselho Jurídico do Brasil Export; Demais autoridades presentes

17h00 Painel do InfraJur: Os desafios da reforma tributária e as oportunidades para o desenvolvimento econômico da região Nordeste

Moderação: Leopoldo Figueiredo, Diretor-Geral da Rede BE News

Debate: Frederico de Freitas Mendes, Advogado e Especialista em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (IBET); Jorge Jatobá, Economista pela UFPE, Mestre e Doutor em Economia pela Universidade de Vanderbilt; Sérgio Aquino, Presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop)

18h00 Palestra especial do InfraJur: Breno Medeiros, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST)

18h30 Sessão solene com autoridades convidadas: Fabrício Julião, CEO do Grupo Brasil Export; Sílvia Mendes de Oliveira Filho, Prefeita de Teresina; Francisco Felipe da Luz Araújo, Secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Governo do Piauí, representando neste ato o governador Rafael Fonteles; Breno Medeiros, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST); Francisco Gomes Pierot Júnior, Procurador-Geral do Estado do Piauí; Zé Filho, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Piauí (FIEPI); Felipe Queiroz, Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); José Roberto Campos, Presidente do Conselho Nacional do Brasil Export; Capitão de Fragata Ricardo Ferreira, Capitão dos Portos do Piauí; Aluísio Sobreira, Presidente do Conselho do Nordeste Export; Carlos Padilla, Coordenador de Investimentos da ApexBrasil; Demais autoridades a confirmar

20h00 - Coquetel de confraternização

01 | AGOSTO | SEXTA

09h00 Credenciamento

09h15 Palavras de boas vindas de José Roberto Campos, Presidente do Conselho Nacional do Brasil Export, e Aluísio Sobreira, Presidente do Conselho do Nordeste Export

09h30 Painel 2: Impactos da política tarifária dos Estados Unidos na economia da região Nordeste

10h30 Intervalo

11h00 Painel 3: Conexões ferroviárias e multimodalidade no Nordeste do Brasil

Moderação: Islano Marques, Gestor da Área Internacional e de Mercado do Sistema FIEPI e Presidente do Conselho do Piauí Export

Debate: Thaís Araripe, Diretora-Geral da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado do Piauí (AGRESPI); Alex Trevizan, Diretor Comercial e Terminais da Transnordestina Logística (TLSA); Ítalo Ribeiro de Lima, Assessor Especial da Presidência do Porto do Itaqui; Representante da Companhia Ferroviária e de Logística do Piauí

12h00 Encerramento com ministro de Portos e Aeroportos, Sílvia Costa Filho, governador Rafael Fonteles e parlamentares presentes

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/07/2025



BAHIA ECONÔMICA - BA

TRANSPORTE AÉREO IMPULSIONA FATURAMENTO RECORDE DE R\$ 17 BILHÕES DO TURISMO BRASILEIRO

Por LUIZA SANTOS - 31/07/2025 18:59

O turismo brasileiro registrou um novo recorde em maio deste ano, com faturamento de R\$ 17 bilhões, segundo levantamento da FecomercioSP. O valor é o maior já registrado para o mês na série histórica e representa um crescimento de quase 8% em relação a maio de 2024. Entre os três setores que mais contribuíram para esse resultado está o transporte aéreo, que liderou o crescimento do mês com faturamento de quase R\$ 4,3 bilhões, alta anual de 12%.



Foto: Vosmar Rosa/MPor

De acordo com dados da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), o setor aéreo nacional movimentou 8,2 milhões de passageiros em voos domésticos em maio de 2025, um aumento de 13,9% em relação ao mesmo período do ano passado, quando foram registrados 7,2 milhões de passageiros. O avanço reflete a expansão da oferta de voos, a retomada do turismo e a melhoria dos serviços em aeroportos de todo o país.

Investimentos

Ações e investimentos do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) favoreceram esse crescimento. Apenas no primeiro semestre de 2025, o ministério investiu R\$ 5,6 bilhões em obras, ampliações, modernização de terminais e melhorias de infraestrutura em aeroportos de todas as regiões do Brasil. Os recursos contemplam projetos em aeroportos regionais e internacionais, incluindo ampliações de pistas, novas áreas de embarque, equipamentos de segurança, acessibilidade e conforto aos passageiros.

Essas ações contribuem diretamente para a ampliação da oferta de voos, o fortalecimento da conectividade aérea e a atração de turistas, impactando positivamente a economia e o desenvolvimento regional.

Outro destaque é a participação do Ministério de Portos e Aeroportos na ação “Conheça o Brasil: Voando”, do Ministério do Turismo. O programa, voltado à democratização do acesso ao transporte aéreo, incentiva o turismo doméstico por meio de tarifas promocionais e maior oferta de voos em rotas estratégicas. O MPor contribui tecnicamente para viabilizar as operações e ampliar a malha aérea, somando esforços com outras áreas do governo para promover o crescimento do setor.

Fonte: Bahia Econômica

Data: 31/07/2025

EXCLUSIVO: GOVERNO PRORROGA A ALÍQUOTA ZERO, MAS BYD TERÁ DE OPERAR PRODUÇÃO LOCAL DE CARROS EM CAMAÇARI JÁ EM JANEIRO DE 2027

Redação - 31/07/2025 17:00



A reunião extraordinária do Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex-Camex), realizada na quarta-feira (30), tomou duas decisões que impactam diretamente a BYD e, ao mesmo tempo, a implantação da fábrica em Camaçari na Bahia.

A primeira decisão foi aumentar a cota de importação com alíquota zero para os kits CKD e SKD, por mais seis meses para realizar as importações dos kits sem pagar imposto, com uma cota de US\$ 463 milhões (R\$

2,58 bilhões). Essa decisão favorece a BYD que terá ainda seis meses para importar veículos semiprontos que serão montados na Bahia.

A outra decisão foi a antecipando a carga tributária total de 35% para os kits SKD e CKD, anteriormente prevista junho de 2028, para janeiro de 2027, enquanto os carros já prontos seguirão o plano original de pagar 35% de alíquota a partir de julho do ano que vem.

O que ninguém percebeu é que essa decisão obriga a BYD a acelerar a implantação da fábrica em Camaçari, pois só poderá importar kits de montagem até o final deste ano, o que significa que, acabado os estoques, já em janeiro de 2027 a planta deverá estar operando a fabricação local dos carros elétricos com índice de nacionalização bem mais alto.

Com taxa de 35%, a importação de kits completos apenas para montar no Brasil ficará inviável, o que significa que na prática a BYD terá de começar a produção local.

A antecipação do aumento do imposto de importação de 35% para carros elétricos e híbridos, ao mesmo tempo em que dá uma cota temporária para a marca chinesa, atende parcialmente e, ao mesmo tempo, a BYD e a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

A BYD está neste momento construindo o segundo prédio do complexo para a próxima fase de nacionalização, prometendo chegar a 70% de produção nacional em cinco anos.

Fonte: *Bahia Econômica*
Data: 31/07/2025

PORTO DE SALVADOR: BUNKER ONE E ACELEN PASSAM DA MARCA DE 60 EMBARCAÇÕES ABASTECIDAS NOS TRÊS PRIMEIROS MESES DO ANO **Por LUIZA SANTOS - 31/07/2025 17:42**



Foto: Divulgação Maritime Optima

A parceria entre a Bunker One e a Acelen para abastecimento de embarcações no Porto de Salvador, na Baía de Todos os Santos, na Bahia, completa os três primeiros meses com sucesso. De abril a meados de julho, mais de 60 embarcações, entre grandes cargueiros e petroleiros, foram abastecidas na localidade, o que confirma a importância estratégica da operação. Até o fim do ano, a expectativa é de um crescimento de 45% no total de

abastecimentos.

Um dos destaques da nova operação foi o fato de cerca de 25% das embarcações terem atracado exclusivamente para abastecer, sem operar nos terminais do complexo portuário de Aratu-Salvador. “O grande número de embarcações que não estavam no entorno e foram até o Porto de Salvador apenas para abastecer é uma prova da importância estratégica dessa operação e do sucesso da nossa parceria com a Acelen. Hoje, com operações na Baía de São Marcos, no Maranhão, em Sepetiba, no Rio de Janeiro, e agora na Bahia temos a chance de atingir diferentes partes do país e do continente”, afirma Filipe Fernandez, diretor comercial da Bunker One.

“A Bahia tem um significado muito especial para a Acelen. Há quatro anos, assumimos com coragem e dedicação a gestão da Refinaria de Mataripe, hoje a maior produtora de bunker do país. Agora, em julho, reabastecer um VLCC com 21 metros de calado na Baía de Todos os Santos comprova o alto nível técnico das nossas operações e reforça o potencial logístico da região. A parceria com a Bunker One é essencial para seguirmos firmes em nosso propósito: oferecer o melhor produto, com

eficiência e excelência no relacionamento com nossos clientes”, comenta Cristiano da Costa, vice-presidente Comercial, Trading e Shipping da Acelen.

Fonte: *Bahia Econômica*

Data: 31/07/2025



JORNAL O GLOBO – RJ

EUA IMPÕEM TARIFA EXTRA DE 50% PARA 35,9% DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS, CALCULA GOVERNO LULA; VEJA A LISTA

Ordem executiva assinada pela Casa Branca traz uma lista com cerca de 700 produtos que ficaram de fora da taxa maior

Por **Bruna Lessa** — **Brasília**



O vice-presidente Geraldo Alckmin — Foto: *Evaristo Sa/AFP*

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) informou nesta quinta-feira que 44,6% das exportações brasileiras para os Estados Unidos ficarão de fora da tarifa de 50% imposta pelo governo americano.

A medida, assinada pelo presidente Donald Trump na quarta-feira, eleva em 40 pontos percentuais as alíquotas já aplicadas, mas inclui uma lista de cerca de 700 produtos isentos, preservando segmentos estratégicos como o aeronáutico, o automotivo, parte do agronegócio, mineração e energia.

Segundo levantamento preliminar da Secretaria de Comércio Exterior (Secex/MDIC), 35,9% das exportações brasileiras serão diretamente atingidas pela sobretaxa — o equivalente a US\$ 14,5 bilhões em 2024. Outros 19,5% (US\$ 7,9 bilhões) já estão sujeitos a tarifas específicas aplicadas a todos os países, como as de 25% para autopeças e automóveis e de 50% para aço, alumínio e cobre, previstas na Seção 232 por motivos de segurança nacional.

Entre os setores poupados estão o aeronáutico — incluindo aeronaves completas, peças e simuladores —, o automotivo (veículos de passageiros, caminhões leves e componentes), produtos energéticos como petróleo, gás, carvão e derivados, e parte do agronegócio, com isenção para suco de laranja, castanha-do-brasil e fertilizantes. Produtos minerais e metais estratégicos, como ferro-gusa, alumina e ferronióbio, também ficaram de fora.

Exportação brasileira aos EUA em 2024

Categoria	Valor (US\$ bilhões)	Participação (%)
Produtos sujeitos à ordem executiva de 30/07 (tarifa adicional de 10% + 40%)	14,5	35,90%
Produtos excluídos expressamente da ordem executiva de 30/07 (tarifa adicional de até 10%)	18	44,60%
Produtos sujeitos a tarifas específicas, aplicadas a todos os países (Seção 232). Aplicam-se as tarifas de 25% para autopeças, automóveis; 50% para aço, alumínio e cobre	7,9	19,50%
Total	40,4	100%

Já entre os mais afetados estão café, carne bovina, frutas, têxteis, calçados e móveis — todos sujeitos à tarifa integral. O Brasil exportou quase US\$ 2 bilhões em café para os EUA em 2024, e o Cefafé prevê impacto direto nos preços. O setor de carne bovina, que embarcou 532 mil toneladas ao mercado americano no ano passado, avalia que a medida pode reduzir receitas em até 5%. No caso das frutas, a alta da tarifa pode comprometer a competitividade de mangas, uvas e açaí.

“Em linhas gerais, a maior parte das exportações brasileiras (64,1%) segue concorrendo com produtos de outras origens no mercado americano em condições semelhantes”, afirma o MDIC em nota.

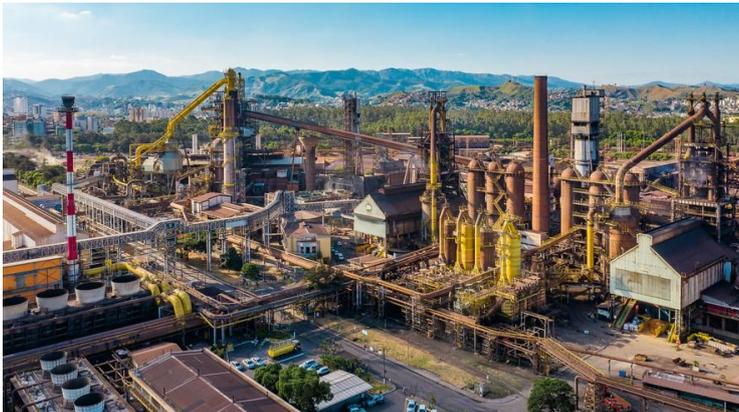
O ministério também reforçou que a tarifa que entra em vigor no dia 6 de agosto não afeta mercadorias já embarcadas até sete dias após a assinatura da ordem executiva. Os EUA são o segundo maior destino das exportações brasileiras, atrás apenas da China, e o governo teme reflexos na balança comercial.

A Casa Branca justificou a decisão alegando que o Brasil representa “ameaça à segurança nacional, à economia e à política externa” dos EUA, acusando o governo brasileiro de perseguição política a apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro e de violações a direitos humanos. O texto cita nominalmente o ministro Alexandre de Moraes, do STF, e menciona casos como o do comentarista Paulo Figueiredo. Trump também determinou, no último dia 18, o cancelamento de vistos de Moraes, de outros ministros e de familiares.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 31/07/2025

SOB PRESSÃO DA JUSTIÇA, CSN VENDE FATIA DA USIMINAS À FAMÍLIA BATISTA, DA JBS

Reunião do Cade da próxima semana vai selar destino da posição de Steinbruch na rival
Por Rennan Setti



Usiminas — Foto: Divulgação

Uma peça importante se moveu no xadrez da maior disputa societária em curso no país. A CSN vendeu, nesta quinta-feira, o equivalente a R\$ 263,3 milhões em ações da rival Usiminas, reduzindo sua participação na siderúrgica de 12,91% para 7,92%. Inesperado, o movimento de Benjamin Steinbruch ocorre a poucos dias de uma reunião do Cade na qual os conselheiros terão de decidir se obrigam a companhia a cumprir imediatamente

decisão tomada há mais de uma década pelo próprio órgão — que determinou que a CSN reduzisse sua posição a menos de 5% na concorrente.

A reunião da próxima quarta-feira é considerada crucial por observadores porque, na semana passada, a Justiça e o Ministério Público Federal (MPF) disseram ver omissão do Cade e alertaram seus conselheiros, na pessoa física, sobre possível investigação pelo crime de desobediência.

A venda desta quinta-feira não cumpre plenamente a decisão do Cade de 2014 — a participação segue acima dos 4,99% estipulados pelo órgão —, mas acrescenta um novo ator ao tabuleiro. Quem comprou o pedaço vendido por Steinbruch foi a Globe Investimentos S.A., empresa que integra o grupo J&F, veículo da família Batista, dona de companhias como a JBS. A Globe é presidida por Aginaldo Gomes Ramos Filho, que também preside a J&F Investimentos.

Não estão claras quais são as intenções dos Batista, mas o conglomerado tem investido em mineração nos últimos anos, por meio da Lhg Mining.

A disputa sobre a participação da CSN na Usiminas é um dos desdobramentos daquela que, com a resolução do litígio sobre a Eldorado Celulose — cuja totalidade das ações foi adquirida justamente pelos Batista —, é hoje a maior disputa societária em curso no país: a briga entre os Steinbruch e a Ternium, controladora da Usiminas.

Fator TRF-6

O caso esquentou porque, no mês passado, o Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6), sediado em Belo Horizonte, ordenou ao Cade que garantisse o cumprimento de sua própria decisão de 2014. No entanto, o órgão concedeu mais 60 dias para que a CSN apresentasse um plano de venda. Para a desembargadora Mônica Sifuentes, do TRF-6, a medida atendeu apenas parcialmente à determinação judicial. Por isso, a magistrada decidiu intimar pessoalmente os conselheiros, por carta precatória, alertando para o risco de responsabilização diante da omissão do órgão.

Nesse meio-tempo, a presidência do Cade mudou: saiu Alexandre Cordeiro e entrou, interinamente, o conselheiro Gustavo Augusto, decano do Tribunal do Cade.

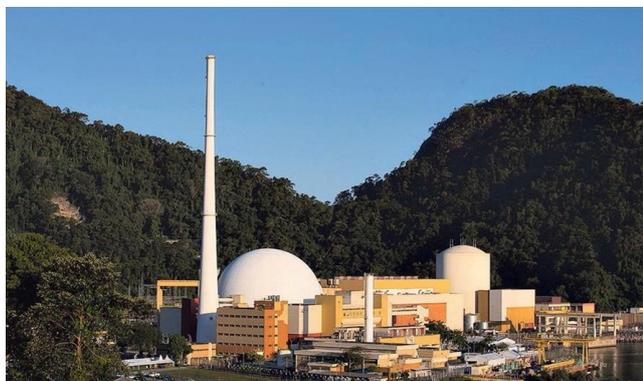
Fonte: O Globo - RJ

Data: 31/07/2025

CUSTO VAI SELAR FUTURO DE ANGRA 3; USINA PASSARÁ POR NOVO ESTUDO TÉCNICO, ECONÔMICO E JURÍDICO

Usina é vista como investimento para garantir segurança energética no país. Saída da Eletrobras da Eletronuclear gera incerteza

Por Bruno Rosa



Usina de Angra 1 passou por parada para modernização após ter licença prorrogada por mais 20 anos — Foto: Alexandre Cassiano/Agência O Globo

Em construção desde a década de 1980, a usina nuclear de Angra 3, localizada na cidade de Angra dos Reis, no sul do estado do Rio de Janeiro, segue ainda com o futuro incerto. Apesar de já ter dois terços de suas obras físicas concluídas, o empreendimento precisará passar por um novo estudo técnico, econômico e jurídico, que será realizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de acordo com a Eletronuclear. O projeto foi paralisado em 2015, após a revelação dos escândalos de corrupção trazidos à tona pela Operação Lava-Jato, da Polícia Federal.

Essa nova avaliação do projeto foi determinada após acordo fechado no início deste ano entre o governo e a Eletrobras, até então responsável pelas obras. Com a privatização da companhia, na presidência de Jair Bolsonaro, a União entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo mais assentos no Conselho de Administração da Eletrobras, já que detém 40% das ações da empresa.

Em fevereiro, ficou acertado entre as partes que o governo terá três cadeiras no conselho da antiga estatal e, em contrapartida, a Eletrobras deixou de ter a obrigação de aportar recursos para a construção da usina de Angra 3.

Segundo a Eletronuclear, estatal responsável pelas usinas nucleares no país, o novo estudo que será feito pelo BNDES vai “reavaliar a viabilidade do projeto de Angra 3, considerando o cenário de negociação entre Eletrobras e Governo Federal”.

Um estudo feito pelo banco de fomento no ano passado apontava que para concluir Angra 3 seriam necessários R\$ 23 bilhões. Por outro lado, o custo para desistir do empreendimento chegaria a R\$ 21 bilhões. Até hoje, estima-se que já foram gastos ao menos R\$ 12 bilhões com o projeto.

Suspensão de dívida

O alto custo segue sendo, segundo especialistas, o impasse central para que o governo bata o martelo sobre o futuro de Angra 3. O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), formado por diversos ministérios, como o de Minas e Energia (MME), ainda não conseguiu chegar a um consenso sobre o destino do empreendimento, após diversas reuniões.

Apesar da indefinição quanto ao que será feito da usina, especialistas e parte do governo consideram Angra 3 importante para a segurança energética do país. A unidade tem capacidade para atendimento de 4,5 milhões de habitantes. Além disso, a estimativa é que essa unidade possa gerar o equivalente a 70% do consumo de energia elétrica do Estado do Rio.

Com o impasse, a Eletronuclear solicitou uma suspensão temporária do pagamento de débitos com o BNDES e a Caixa Econômica Federal até dezembro de 2026. O objetivo é “dar fôlego à estatal enquanto aguarda a decisão do CNPE”, informou a estatal. A empresa tem dívidas de aproximadamente R\$ 7 bilhões, e um custo anual de operação de R\$ 800 milhões.

Filipe Bonaldo, head A&M Infra no Brasil, destaca que a energia nuclear vai ganhar ainda mais importância para aumentar a segurança energética do país com o avanço das fontes renováveis, como solar e eólica, que são intermitentes.

— A nuclear também passa a ser muito relevante, já que temos, por um lado, avanço das renováveis e, por outro, uma restrição ambiental para a construção de novas grandes usinas hidrelétricas. Nesse sentido, a energia nuclear é uma segurança a mais para gerar energia na base do sistema.

Foco em capital privado

O consultor em energia Arlindo Couto lembra que a energia nuclear passa por um momento de indefinição no mundo, após o acidente em Fukushima, no Japão, em 2011.

Em paralelo, diz ele, o Brasil, apesar de ter a tecnologia da produção de urânio, enfrenta seus desafios particulares após a saída da Eletrobras da Eletronuclear e os casos de corrupção na construção de Angra 3 na última década.

— O governo quer construir mais usinas térmicas, mas a fonte hoje vive um momento de incertezas, pois demanda muito capital. E no Brasil ainda há a discussão para concluir ou não Angra 3, já que o governo não consegue sozinho bancar o projeto através da Eletronuclear — argumenta.

No ano passado, a Eletronuclear chegou a abrir uma consulta pública para avaliar o interesse do mercado em tocar a conclusão da construção de Angra 3. A companhia afirmou que “deve realizar uma licitação para contratar a empresa ou consórcio responsável pela finalização das obras civis e montagem eletromecânica da usina, por meio de contrato do tipo EPC (Engenharia, Aquisição e Construção)”.

A estratégia é levantar até 90% dos recursos por meio de parcerias com a iniciativa privada e linhas de crédito, explicam fontes do setor.

Atualmente, o país conta com duas usinas nucleares em operação, Angra 1 e Angra 2. Juntas, respondem por 0,8% da capacidade instalada no país, segundo dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Em novembro de 2024, Angra 1 recebeu autorização para renovar sua

licença e continuar operando por mais 20 anos. A unidade iniciou suas atividades em 1985, com licença inicial de 40 anos.

Angra 1 acaba de passar por uma parada para manutenção e modernização, sendo reativada neste mês. Com isso, teve suas atividades interrompidas entre abril e julho. O processo já incluiu ajustes previstos pelo processo de renovação da licença operacional.

Enquanto isso, a Eletronuclear, sob o controle da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional (ENBPar), poderá ter novos acionistas. A Eletrobras contratou o BTG para vender a fatia que ainda detém do capital da companhia, ou 35% do total das ações.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 31/07/2025

SETOR PÚBLICO TEM DÉFICIT DE R\$ 47,1 BILHÕES E DÍVIDA SOBE PARA 76,6% DO PIB EM JUNHO, SEGUNDO BC

Passivo que abrange governo federal, INSS e governos estaduais e municipais está em R\$ 9,4 trilhões

Por Bernardo Lima — Brasília



A Esplanada dos Ministérios, em Brasília — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

O setor público consolidado registrou um déficit primário (quando se desconta o pagamento dos juros da dívida) de R\$ 47,1 bilhões em junho deste ano, de acordo com dados do Banco Central (BC) divulgados nesta quinta-feira. O resultado é 15% maior do que o déficit de R\$ 40,9 bilhões registrado em junho do ano passado.

Os dados do setor público consolidado levam em conta os resultados fiscais de União, estados, municípios e empresas estatais (exceto setor financeiro e Petrobras).

O déficit acontece quando as despesas do governo são maiores que suas receitas com tributos e impostos. O mesmo acontece nos casos das empresas estatais, mas com suas receitas de serviços e produtos.

O resultado refletiu os déficits de R\$ 45,5 bilhões do governo federal e de R\$ 954 milhões das estatais, e R\$ 2,6 bilhões dos estados e municípios.

Em doze meses, o setor público consolidado acumulou superávit primário de R\$ 17,9 bilhões, o que representa 0,15% do PIB.

Ao se considerar o critério nominal, que engloba as despesas com juros da dívida pública, houve déficit de R\$ 108,1 bilhões em junho. No acumulado de doze meses, houve déficit nominal de R\$894,4 bilhões (7,30% do PIB).

Dívida Bruta

O BC ainda divulgou o número da dívida bruta do Brasil em junho, que voltou a subir e atingiu R\$ 9,4 trilhões, o que equivale a 76,6% do PIB, um crescimento de 0,5 ponto percentual em relação ao mês anterior.

O cálculo leva em conta o governo federal, INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e governos estaduais e municipais. Este é um dos principais indicadores econômicos observados pelos investidores na avaliação da saúde das contas públicas.

Segundo o BC, a variação mensal da dívida bruta foi puxada para cima pelos juros nominais apropriados (alta de 0,7 ponto percentual), das emissões líquidas da dívida (alta de 0,5 ponto percentual) e pelas variações do PIB nominal, que teve redução de 0,5 ponto percentual.

Dívida líquida

Enquanto isso, a dívida líquida, que desconsidera os ativos do governo, subiu a 62,9% do PIB em junho, chegando a R\$ 7,7 trilhões, um crescimento de 0,9 ponto percentual em comparação com o mês anterior.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 31/07/2025

LEILÃO PREVÊ INVESTIMENTOS DE R\$ 7,6 BI E DEVE REFORÇAR LINHAS DE TRANSMISSÃO DO NORDESTE, RIO GRANDE DO SUL E PARANÁ

Única licitação neste ano voltada para ampliar redes de escoamento de energia está marcada para outubro. Enquanto isso, centrais com fontes renováveis de eletricidade sofrem com desligamentos de geração

Por O GLOBO



Certame vai contratar construção de 1.178 quilômetros de novas linhas. Até 2034, estimativa é que investimentos cheguem a 128,6 bilhões — Foto: Custódio Coimbra/Agência O Globo

O setor de transmissão aguarda o único leilão deste ano em outubro, quando está prevista a licitação de 11 lotes em 13 estados do Brasil. O certame, que prevê investimentos de R\$ 7,67 bilhões, deve reforçar linhas de transmissão do Nordeste — que concentra a geração de fontes intermitentes — para o resto do país, além de sistemas no Rio Grande do Sul, e

Paraná, que foram reformulados por causa das enchentes no ano passado. No total, está prevista a construção de 1.178 quilômetros de novas linhas de transmissão.

A previsão é de que esta expansão da rede de transmissão de energia chegue a investimentos de R\$ 128,6 bilhões até 2034, segundo o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE), que traça as perspectivas para o setor em uma década. Esse montante será destinado à construção de 30 mil quilômetros de novas linhas de transmissão.

O presidente da Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia (Abrate), Mário Miranda, afirma que 90% desses projetos já foram licitados e estão, pelo menos, em fase de preparação.

— A expansão da transição prevê investimentos da ordem de R\$ 128 bilhões, porém, destes, R\$ 115 bilhões já estão outorgados. Em relação ao plano decenal, praticamente 90% das obras planejadas já foram licitadas, o que mostra que a transmissão já tem avançado inclusive a respeito do plano decenal — diz Miranda.

O leilão ocorre em meio a gargalos na infraestrutura de transmissão. Relatório do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) apontou que 11 estados, em todas as regiões, correm risco de sobrecarga na rede elétrica que pode acarretar em apagões.

Os estados que têm mais risco de apagões pela sobrecarga na rede elétrica, segundo o ONS, são Bahia, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia e São Paulo.

Enquanto isso, o leilão vai licitar linhas nos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Rondônia.

O mapa das novas linhas

Lote

- | | |
|---|------------------------|
| 1 São Paulo | 6 Minas Gerais |
| 2 Maranhão, Paraíba, Pernambuco e Piauí | 7 São Paulo |
| 3 Rio Grande do Sul e Paraná | 8 Mato Grosso do Sul |
| 4 Mato Grosso e Rondônia | 9 São Paulo |
| 5 Goiás | 10 Mato Grosso |
| | 11 Rio Grande do Norte |



FONTE: ANEEL

Info - caderno de energia - mapa das novas linhas — Foto: Arte O GLOBO

principalmente no Nordeste. Também pode acontecer por falta de disponibilidade de linhas de transmissão, sendo necessário interromper a geração para evitar sobrecarga.

Em abril deste ano, o governo deliberou que a ONS tome medidas para mitigar os impactos dos cortes de geração.

O Ministério de Minas e Energia (MME) afirma que a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) prepara um estudo para inserir cargas de hidrogênio na região Nordeste, com previsão para finalização em dezembro de 2025.

“O resultado desse trabalho irá trazer novas soluções de expansão da transmissão que possibilitarão um aumento na capacidade de grandes cargas na região Nordeste, dentre elas, projetos de produção de hidrogênio”, diz o MME.

Segundo Luiz Fernando Vianna, vice-presidente da Delta Energia, comercializadora de energia, os cortes de geração acontecem em função de gargalos no sistema de transmissão atual. Segundo ele,

Info - caderno de energia - mapa das novas linhas — Foto: Arte O GLOBO

Eólica e solar

O risco surge diante da expansão das fontes renováveis e intermitentes no Brasil. O Nordeste vem concentrando o aumento das fontes eólicas e solares na matriz energética brasileira, e se transformando em uma região exportadora de energia para o Sudeste/Centro-Oeste e Norte.

Offshore: Eólicas em alto-mar têm 103 pedidos de licenciamento ambiental junto ao Ibama

Nesse cenário, parques eólicos e solares vêm sofrendo com cortes de geração impostos pelo sistema elétrico. Isso acontece porque, a cada segundo, o ONS precisa acionar o parque gerador de energia em volume exatamente igual à demanda do país naquele momento. Por isso, há situações em que é preciso determinar o corte da geração para não haver excesso de oferta, que pode causar sobrecargas e apagões.

No caso das eólicas e solares, isso acontece quando há alta incidência de sol e vento, levando a geração total a superar a demanda,

o leilão deste ano pode ajudar, mas, o verdadeiro reforço do escoamento de energia do Nordeste para o resto do país deve vir por um certame em 2030.

— A ideia é fazer uma melhoria na interligação do Nordeste com o grande centro de carga, que é o Sudeste. Esse aqui é o grande pulo do gato. Se você não tivesse nenhuma limitação de transmissão, os gargalos, não teria curtailment (cortes de geração) e poderia importar a energia toda. Essa carga está toda em um local com um consumo menor e tem que exportar essa energia para o Sudeste — explica.

Para o ex-presidente da Eletropaulo e professor da Universidade de São Paulo (USP) Paulo Feldmann, a solução para o alinhamento das fontes intermitentes com o setor passa pelo uso de baterias.

— Essas fontes intermitentes são difíceis de serem usadas se você não tiver baterias. Você tem que ter algum mecanismo que consiga mais ou menos monitorar o quanto daquela energia produzida é armazenada e injetada também no sistema — acredita.

Entre os R\$ 7,67 bilhões que serão leiloados em outubro, R\$ 3 bilhões dizem respeito a lotes de contratos cujos quais, em maio deste ano, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) recomendou a caducidade (ou seja, o fim da concessão por descumprimento de regras).

O leilão de lotes sob o processo de caducidade, no entanto, depende da conclusão desse processo. Após a recomendação da Aneel, cabe ao Ministério de Minas e Energia, na qualidade de poder concedente, tomar a decisão final. Segundo a pasta, o processo está em análise.

Para o advogado especialista no setor de energia Fabiano Gallo, do escritório Campos Mello, o cenário mais provável é de que os lotes sejam licitados em outubro:

— Infelizmente, no setor elétrico brasileiro há muita judicialização, então, não se pode descartar a possibilidade de a empresa tentar, com algum recurso no Judiciário, reverter a caducidade. Mas, dado o contexto, os acontecimentos, eu acho difícil que ocorra decisão que suspenda o leilão ou retire esses lotes do certame.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 31/07/2025

EÓLICAS EM ALTO-MAR TÊM 103 PEDIDOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL JUNTO AO IBAMA

Regras para atividade, aprovadas pelo Congresso, devem destravar setor
Por O GLOBO



Usinas em alto-mar ventos são mais constantes. Primeiro projeto no país ficará em Areia Branca (RN) — Foto: Ian Forsyth/Bloomberg

O projeto de lei que regulamenta a instalação de equipamentos para energia eólica em alto-mar (offshore) sofreu com idas e vindas no Congresso Nacional, diante de uma disputa em torno de “jabutis” inseridos no texto que podem pesar nas contas de luz. Os trechos que tratam de tecnologia em si,

porém, avançaram e já estão em vigor. Em meio ao debate regulatório, 103 complexos do tipo estão com pedido de licenciamento ambiental junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama).



A regulamentação é considerada por empresas e especialistas fundamental para todo o segmento no Brasil, que viu uma queda de investimentos no ano passado para eólicas instaladas em terra. No total, os empreendimentos que aguardam análise do Ibama somam uma capacidade instalada de geração de 244,5 gigawatts (GW) de energia elétrica. Para se ter uma ideia, isso é mais de sete vezes a capacidade instalada dos equipamentos em território nacional.

Entre as regiões com pedidos de licenciamento, o litoral do Nordeste é o que concentra maior capacidade de geração, pela forte incidência de ventos, com 113 GW. A região é seguida pelo Sul, com 84 GW, e Sudeste, com 49,9 GW.

São 33 empresas que apresentaram pedidos de licenciamento. Com 11, a Petrobras é a com mais requerimentos.

Em junho, o Ibama emitiu a primeira licença prévia para um projeto de eólica offshore no Brasil. O complexo será implantado no litoral do Rio Grande do Norte, no município de Areia Branca. O empreendimento terá uma capacidade instalada de até 24,5 megawatts.

Segundo o Ibama, a emissão da licença prévia é um “marco institucional relevante”, na medida em que se trata do primeiro licenciamento ambiental federal de um sítio de testes eólicos offshore no Brasil, “consolidando o papel do Ibama como órgão central na regulação ambiental de empreendimentos estratégicos para a transição energética nacional.”

A principal vantagem das eólicas offshore está na velocidade e qualidade dos ventos marítimos. No mar, os ventos são mais constantes, e não enfrentam barreiras como construções e montanhas para mover as hélices geradoras de energia. O custo, no entanto, é três vezes superior ao das eólicas onshore, em terra, segundo levantamento Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE).

A regulamentação estabelece que exploração de energia elétrica em instalações offshore dependerá de autorização ou de concessão e será proibida em determinados setores, como em blocos de petróleo, rotas de navegação, áreas protegidas, tombadas e militares. Nas regiões de óleo e gás, a petroleira operadora terá preferência para receber a outorga.

Monitoramento ambiental

Entre as obrigações das empresas está realizar projeto de monitoramento ambiental do empreendimento em todas as suas fases; garantir o descomissionamento das instalações; comunicar a descoberta de indício de qualquer jazida de petróleo ou gás natural e de outros minerais; além da promoção da indústria nacional e sanções em caso de descumprimento das obrigações.

O avanço das eólicas no mar vem num momento em que caem os aportes para esses equipamentos em terra. Os investimentos em projetos no setor em 2024 foram de R\$ 10,1 bilhões. No ano anterior, esse número chegou a R\$ 35 bilhões, de acordo com a Abe eólica, associação que representa as empresas desse segmento.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 31/07/2025

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

VEJA TODOS OS PRODUTOS QUE O BRASIL EXPORTA E QUAIS TERÃO TARIFA EXTRA; PESQUISE EM LISTA INTERATIVA

Ferramenta do 'Estadão' reúne milhares de itens e, além de indicar quais foram atingidos pelo tarifaço de 50%, aponta quanto faturaram em dólares em 2024 e no 1º semestre de 2025

Por Redação



Os produtos com e sem tarifa extra

Digite o nome de um produto para saber se foi afetado pelo tarifaço de Trump e quanto esse item faturou em exportações em 2024 e no primeiro semestre de 2025

Valores exportados em milhares de dólares

Produto	2024	2025 (1º sem)	Impacto
Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos	5.930.984	2.379.529	Sem tarifa extra
Outros produtos semimanufaturados, de ferro ou aço, não ligados, contendo em peso < 0,25% de carbono, de seção transversal retangular	2.774.471	1.499.716	Com tarifa extra
Café não torrado, não descafeinado	1.896.020	1.168.942	Com tarifa extra
Carnes de bovino, desossadas, congeladas	985.026	737.842	Com tarifa extra
Ferro fundido bruto não ligado, contendo, em peso <= 0,5% de fósforo (ferro-gusa)	1.423.333	683.639	Sem tarifa extra
Pasta química de madeira de não conífera, à soda ou sulfato, sembranqueada ou branqueada	1.551.605	668.633	Sem tarifa extra
Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações, exceto desperdícios	701.518	610.216	Sem tarifa extra
Aviões e outros veículos aéreos, de peso > 2.000 kg e <= 15.000 kg, vazios	955.671	449.464	Sem tarifa extra
Produtos semimanufaturados, de outras ligas de aço	738.433	432.947	Com tarifa extra
Aviões e outros veículos aéreos, de peso > 15.000 kg, vazios	1.421.489	425.548	Sem tarifa extra
Sucos de laranja não congelados, não fermentados, com valor Brix <= 20	637.056	376.740	Sem tarifa extra
Óxidos de alumínio, exceto corindo artificial	387.973	294.897	Sem tarifa extra
Outras pedras de cantaria trabalhadas de outro modo e suas obras	414.251	290.062	Sem tarifa extra
Transformadores de dielétrico líquido, de potência > 10.000 kVA	306.379	263.589	Com tarifa extra
Sebo de bovinos, ovinos ou caprinos	289.584	248.732	Com tarifa extra
Preparações alimentícias e conservas, de bovinos	393.555	239.104	Com tarifa extra
Minérios de ferro aglomerados e seus concentrados	387.055	223.727	Sem tarifa extra
Óleos leves e preparações	1.039.510	220.386	Sem tarifa extra
Bulldozers e angledozers, de lagartas, autopropulsores	520.411	214.280	Com tarifa extra
Carregadoras e pás carregadoras, de carregamento frontal, autopropulsores	502.918	207.062	Com tarifa extra

Tabela: Edição de Infografia Multimídia - Fonte: Leme Consultores com dados do Mdtc

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 31/07/2025

SIDERÚRGICAS DE FERRO-GUSA RETOMAM AS EXPORTAÇÕES SUSPENSAS PARA EUA APÓS ISENÇÃO DO TARIFAÇO DE 50%

Mercado americano responde por 86% das vendas brasileiras ao exterior, que geraram receita de US\$ 1,65 bilhão no ano passado; principais clientes são fabricantes de aço e de autopeças

Por Ivo Ribeiro

A lista com 694 produtos isentos do tarifaço de 50% sobre as exportações brasileiras, oficializada por decreto do presidente Donald Trump nesta quarta-feira, 30, trouxe alívio a alguns setores, que agora se veem livres do peso que teriam de carregar a partir de agosto, com demissões e paralisação de linhas de produção.

Nesta lista estão matérias-primas com forte importação por parte do mercado americano, como ferro-gusa (usado na fabricação de aço e autopeças), celulose, minério de ferro, minério de estanho e de ferro, ferroligas, silício, papel e celulose, entre outros.

O decreto do tarifaço assinado na quarta-feira, 30, pelo presidente americano, Donald Trump, dividiu os exportadores brasileiros em dois grupos: os enquadrados nas 694 exceções e os afetados pelo tarifaço de 50% imposto pelos EUA. Para mostrar o impacto, o Estadão montou uma ferramenta de busca (veja mais abaixo).

Os dados que abastecem essa ferramenta usam levantamento feito pela Leme Consultores a partir de dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic). A descrição de cada item é como consta na plataforma do ministério. A ferramenta dá uma dimensão de como a medida da Casa Branca impacta setores como os de petróleo, minerais, café e frutas, entre outros que trazem bilhões de dólares para o País.

Na lista das 694 exceções, estão alguns produtos como o suco de laranja, a celulose e aviões da Embraer. Por outro lado, alguns produtos de peso na balança, como café, carnes e frutas passarão a ter, nas exportações para os Estados Unidos, uma alíquota extra de 40% — que se soma à de 10% atualmente em vigor, chegando à taxa de 50%.

A medida é prevista para entrar em vigor dentro de sete dias a contar da assinatura do decreto, o que ocorreu na quarta-feira, 30.

O empresário Frederico Henriques Lima e Silva, da siderúrgica SDS, que produz ferro-gusa em Sete Lagoas e Divinópolis, Minas Gerais, disse ao Estadão que a empresa já vai retomar, nos próximos dias, os embarques para seus clientes americanos.



Linha de produção de ferro-gusa da CBF Indústria de Gusa situada em João Neiva (ES) Foto: CBF/Divulgação

O setor é formado por 63 empresas e vendeu, no ano passado, para os EUA o equivalente a 86% das suas exportações. No total, foram embarcadas 3,3 milhões de toneladas aos americanos, conforme o Sindifer, entidade do setor guseiro. As divisas totais do País com o produto somaram US\$ 1,65 bilhão, o equivalente a R\$ 9,1 bilhões.

Segundo o Sindifer, entidade do setor, o Brasil é o maior fornecedor do mercado americano. Há casos de siderúrgicas de gusa no País que dependem 90% das vendas aos EUA. Os Estados produtores são Minas Gerais (70%), Mato Grosso do Sul, Maranhão e Pará.

A SDS, informa Lima e Silva, quer reativar assim que possível o embarque programado para agosto que foi suspenso pelo cliente até a definição da aplicação da tarifa de 50% a produtos brasileiros. Agora, a tarifa volta a 10%, porcentual anunciado em abril por Trump.

Da produção de Sete Lagoas da SDS, em dois altos-fornos, cerca de 40% vai para usinas de aço e fabricantes de autopeças americanos. A usina de Divinópolis, onde investiu R\$ 25 milhões na reforma, está pronta para entrar em operação. “Entre 60% e 70% da produção será destinada a usinas de aço americanas. Vamos colocar em operação já em agosto, ao ritmo de 12 mil toneladas por mês”, informou o empresário.



Silvia Nascimento, presidente da siderúrgica de gusa CBF e da Aço Verde do Brasil Foto: Ferroeste/Divulgação

Silvia Nascimento, presidente da CBF Indústria de Gusa, informou estar muito aliviada com a medida que deixou o ferro-gusa fora da tarifa de 50%. A empresa, situada em João Neiva (ES), pertence ao grupo mineiro Ferroeste, também dono da siderúrgica de aços longos Aço Verde do Brasil (AVB).

A CBF tem capacidade anual, em dois altos-fornos, de produzir 260 mil toneladas por ano.

Do que exporta, 55% a 60% vai para o mercado americano. Uma das medidas drásticas que teria de tomar, disse Silvia, seria paralisar um dos altos-fornos, que faz o material para clientes dos EUA, concedendo, inicialmente, férias coletivas. “Ter entrado na lista de exceção da tarifa é, realmente, muito importante e bom para o setor”, afirmou a empresária ao Estadão.

A situação seria muito grave, reafirmou Silvia. “Tinha muita insegurança para esse setor e também para os clientes americanos, que dependem do fornecimento do Brasil”. Até agora, informou, os clientes do ferro-gusa brasileiro vinham absorvendo os custos da tarifa de 10% nos contratos. A CBF também vai retomar logo que possível a carga de 15 mil toneladas que ficou suspensa com a ameaça dos 50%.



Peso da lista de exceção

Considerando quantidade e volume, os produtos excluídos representam 42% do que é exportado para os EUA (com base em dados de 2025), afirma Ana Caetano, sócia da prática de Comércio Exterior do Veirano Advogados. Em valor, destaca, respondem por 23% do total exportado para os EUA. No todo, são 694 produtos.

Segundo a especialista do Veirano, o decreto contém dispositivos acerca da possibilidade de retaliação por parte do Brasil, indicando que se o País aumentar tarifas sobre produtos exportados pelos EUA, “a tarifa ‘ad valorem’ (% aplicado sobre o valor da mercadoria) aumentará no montante correspondente ao retaliado.”

José Velloso, presidente da Abimaq, entidade que reúne empresas de fabricação de máquinas e equipamentos, afirma que o setor não entrou nas exceções. “Nossa interpretação é que colocaram na lista aquilo que consomem e não produzem e não tem como comprar de outro país no curto prazo.”

Segundo ele, os EUA fizeram um recuo. “Agora, é importante o governo brasileiro não retaliar”. Observa que os EUA são grande fabricante de máquinas e concorrem com o Brasil. “Por isso, minha interpretação é que por este motivo não entramos no anexo”, disse.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 31/07/2025

AGU COBRA R\$ 2 BILHÕES DA VALE POR SUPOSTA EXPLORAÇÃO IRREGULAR; EMPRESA DIZ CUMPRIR REGRAS

Advocacia-Geral da União diz que problemas ocorreram na mina do Tamanduá, em Nova Lima (MG); Vale afirma desconhecer ação e que obedece à legislação do setor

Por Lavínia Kaucz (Broadcast)

BRASÍLIA - A Advocacia-Geral da União (AGU) ajuizou uma ação contra a mineradora Vale S.A, cobrando R\$ 2 bilhões por supostos danos causados ao patrimônio público na exploração na mina do Tamanduá, em Nova Lima (MG). O processo foi protocolado na última quinta-feira, 24.

A AGU alega que a área de aproximadamente 66,5 mil metros quadrados, que pertence à União, foi ocupada indevidamente pela Vale. Segundo a AGU, a empresa tem autorização para instalar um mineroduto na região, mas a lavra mineral no terreno é proibida. Em nota enviada ao Estadão/Broadcast, a Vale disse desconhecer a ação, mas afirma que cumpre todas as normas do setor.

“A Vale desconhece a ação judicial em questão, não tendo ainda sido citada. De qualquer forma, antecipa-se que a Vale cumpre a legislação e regulamentação vigentes e aplicáveis ao setor”, diz a mensagem.

A AGU afirma que a extração de minério na área foi comprovada por análises técnicas e de imagens geoespaciais e que a própria Vale reconheceu a atividade no local.

A União argumenta que a única forma de reparação é o ressarcimento financeiro pelos danos causados, já que o recurso natural não pode ser devolvido.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 31/07/2025

EMPRESA DOS IRMÃOS BATISTA, DONOS DA JBS, COMPRA FATIA DA CSN E ENTRA NO CAPITAL DA USIMINAS

Benjamin Steinbruch, dono da CSN, vendeu 4,99% do capital social da concorrente, atendendo exigências da Justiça e do Cade; procurada, a J&F não quis comentar.

Por Carolina Maingué Pires (Broadcast), Aramis Merki II (Broadcast) e Ivo Ribeiro

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) informou nesta quinta-feira, 31, que vendeu na quarta-feira, 30, uma participação acionária correspondente a 4,99% de ações que detinha na sua concorrente Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. (Usiminas) para a Globe Investimentos SA. A Globe é uma empresa dos irmãos Joesley e Wesley Batista, donos da J&F Investimentos, da JBS e da Eldorado Celulose.

Procurada, a J&F não quis comentar. Conforme o comunicado da CSN à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o valor do negócio, com base no fechamento do pregão da Bolsa de terça-feira, 29, foi da ordem de R\$ 263,3 milhões. A operação envolveu 35.192.508 ações ordinárias e 27.336.139 preferenciais de emissão da Usiminas.

Com isso, os irmãos Batista colocam um pé na Usiminas, siderúrgica controlada pelo grupo ítalo-argentino Ternium, pela japonesa Nippon Steel e pelo fundo Previdência Usiminas. As ações adquiridas — que correspondem a 4,99% do capital social —, estão fora do bloco de controle da siderúrgica, que tem a Ternium como maior acionista e quem indica a maioria da diretoria executiva.



Instalações da siderúrgica Usiminas em Ipatinga (MG), concorrente da CSN em aço planos Foto: Usiminas/Divulgação

Apesar da relação, o instrumento financeiro (Globe Investimentos) não está oficialmente sob o guarda-chuva da holding J&F.

Segundo apurou o Estadão/Broadcast, o veículo de investimentos pertence à própria família e é presidido por Aguinaldo Gomes Ramos Filho, sobrinho de Joesley e Wesley Batista.

A venda do pacote de ações pela CSN é fruto de pressão da Justiça ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para que o órgão obrigasse Benjamin Steinbruch, principal acionista da CSN, a se desfazer de ações da concorrente. Desde 2014, sem sucesso, o órgão antitruste brasileiro vinha exigindo a redução da fatia da CSN na Usiminas a menos de 5%.

Com a venda anunciada nesta quinta-feira, 31, a CSN diminuiu sua participação de 12,91% para 7,92% no capital social da Usiminas (10,13% das ações ordinárias e 5,08% das preferenciais). A empresa ainda deve se desfazer de 2,93% para atingir os 5% estipulados em decisão do Cade.

O Cade estava sob pressão do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6), e recentemente estipulou prazo de dois meses para a CSN apresentasse um plano de alienação de papéis da siderúrgica mineira. A CSN formou sua posição acionária na rival a partir de 2011, com compras no mercado.

O negócio informado na quarta-feira, 30, pela empresa de Steinbruch se deu há poucos dias de uma sessão do órgão antitruste, em 6 de agosto, justamente sobre a questão (desinvestimento dos papéis).

Quando uma aquisição resulta em participação superior a 5%, a notificação à autarquia passa a ser obrigatória.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 31/07/2025

VALOR ECONÔMICO (SP)

GOVERNO LULA DETALHA IMPACTO DO TARIFAÇO DOS EUA NO VOLUME DAS EXPORTAÇÕES

Na prática, segundo a pasta, 44,6% das exportações brasileiras para os EUA escaparam da sobretaxa aplicada pelo governo americano

Por Renan Truffi e Sofia Aguiar, Valor — Brasília



— Foto: Divulgação/Porto de Santos

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) divulgou nota a qual faz um balanço do impacto do tarifaço, após os Estados Unidos excetuarem uma série de produtos brasileiros do decreto final. Na prática, segundo a pasta, 44,6% das exportações brasileiras para os EUA escaparam da sobretaxa aplicada pelo governo americano.

Os dados constam de um levantamento preliminar feito pela Secretaria de Comércio Exterior do ministério (Secex). Na prática, com as mais de 700 exceções anunciadas pela Casa Branca, a tarifa americana irá incidir sobre aproximadamente 35,9% das exportações brasileiras para os Estados Unidos, o que corresponderam, em 2024, a um montante de US\$ 14,5 bilhões, como havia antecipado o vice-presidente Geraldo Alckmin.

"Estão expressamente excluídas da cobertura da ordem executiva, assinada na quarta-feira, 45% das vendas brasileiras para o mercado americano (US\$ 18 bilhões em 2024). Além disso, 19,5% das exportações brasileiras para os EUA estão sujeitas a tarifas específicas, aplicadas a todos os países, correspondendo em 2024 a US\$ 7,9 bilhões", diz a nota do Mdic.

A partir desse balanço, a pasta comandada por Alckmin conclui que "a maior parte" das exportações brasileiras (64,1%) segue concorrendo com produtos de outras origens no mercado americano em condições semelhantes.

O Mdic explicou ainda que os produtos brasileiros que já estão em trânsito para os Estados Unidos não serão afetados pelas tarifas adicionais. O motivo é que o decreto de ontem exclui da majoração tarifária mercadorias que tenham sido embarcadas, no Brasil, até sete dias após a data da ordem executiva.

Ao todo, a ordem executiva assinada pela Casa Branca traz uma lista com cerca de 700 produtos que ficaram de fora da medida, entre eles aviões, celulose, suco de laranja, petróleo e minério de ferro.

O tarifaço foi formalizado ontem por meio de uma ordem executiva assinada pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que implementa uma tarifa adicional de 40% para o Brasil. Somados aos 10% já anunciados em abril, a sobretaxa sobre os produtos do país atinge agora os tais 50% prometidos pelo governo Trump. As taxas entrarão em vigor no dia 6 de agosto.

Diante da medida, o Lula divulgou nota à imprensa, ontem à noite, na qual afirma que "segue disposto" a negociar uma saída comercial para a crise entre Brasil e Estados Unidos, mesmo após o governo formalizar as medidas contra os produtos brasileiros. Apesar disso, o texto classifica como

injustificáveis os "argumentos políticos" usados pelas autoridades americanas para validar as medidas econômicas.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 31/07/2025

SURPRESA TARIFÁRIA DE TRUMP ABALA COMÉRCIO GLOBAL DE COBRE

Anúncio de tarifas de 50% sobre o cobre desencadeou uma queda histórica nos preços do metal nos EUA

Por Bloomberg

O mercado global de cobre ainda se recupera do maior choque até agora em um ano marcado por surpresas políticas, oscilações violentas de preços e desequilíbrio comercial sem precedentes.

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, avançou com tarifas de 50% sobre as importações de cobre, mas isentou metais refinados que são a base do comércio internacional. A medida desencadeou uma queda recorde nos preços dos EUA, após um período de lucros expressivos para as tradings que correram para enviar o metal para o mercado americano antes da entrada em vigor das tarifas. Um prêmio elevado para os contratos futuros de Nova York em relação aos de Londres evaporou.

"Isso se desviou muito das expectativas do mercado", disse Li Xuezhi, chefe de pesquisa da Chaos Ternary Futures, uma unidade de um fundo de hedge de commodities em Xangai. Aqueles que apostaram em preços mais altos nos EUA "desperdiçaram todos os esforços" e os fluxos globais de cobre voltarão ao normal, afirmou ele.

Os futuros de cobre na Comex em Nova York caíram mais de 22% — a maior queda já registrada — à medida que os operadores recalibravam o valor do metal nos EUA em relação ao resto do mundo. Com os preços na Bolsa de Metais de Londres (LME) em queda em uma proporção muito menor, os futuros de curto prazo da Comex passaram a ser negociados com desconto em relação ao benchmark da LME, depois de terem registrado um prêmio de mais de 30% na semana passada.

A decisão de isentar o cobre refinado afetará o comércio global do metal, que desempenha um papel crucial na economia mundial graças ao amplo uso do produto em instalações elétricas. Grandes volumes agora estão armazenados em depósitos nos EUA, e já há especulações sobre potenciais reexportações.

Boom do cobre

Quando Trump sinalizou pela primeira vez a possibilidade de tarifas no início deste ano, os preços dos EUA dispararam em relação ao resto do mundo e as principais tradings correram para levar o metal aos portos americanos.

No início de julho, Trump anunciou que a tarifa seria de 50%, acima do esperado, o que aumentou as perspectivas de ganhos. Isso desencadeou uma corrida de última hora, com pelo menos um navio carregado de cobre partindo para o Havaí antes do fim do mês.

"Muitos participantes operavam vendendo a descoberto o spread Comex-LME", disse Zhou Xiaou, analista da Zijin Tianfeng Futures.

Analistas do Goldman Sachs disseram estar "surpresos" com as isenções, mas acrescentaram que não veem impacto nos fundamentos do mercado e não esperam reexportações em larga escala dos EUA. Os preços da Comex devem permanecer pelo menos no mesmo nível dos preços da LME.

Segurança de abastecimento

O anúncio do presidente — menos de 48 horas antes do início das tarifas — ilustra a abordagem de alto risco à política comercial, mas também os desafios que Trump enfrenta na reformulação da indústria metalúrgica americana. Alguns dos principais participantes do setor do país argumentaram

que os EUA simplesmente não têm capacidade suficiente para substituir todas as importações tão rapidamente.

A tarifa de 50% anunciada nesta quarta-feira (30) será aplicada a produtos semiacabados, como tubos, fios, vergalhões, chapas e tubos, e a produtos com alto teor de cobre, como conexões para tubos, cabos, conectores e componentes elétricos, de acordo com o comunicado da Casa Branca. Produtos menos processados — que incluem minério, concentrados, mates, cátodos e ânodos — não serão taxados.

Ainda assim, a perspectiva de tarifas de importação sobre o cobre refinado não desapareceu completamente. O Departamento de Comércio recomendou, em vez disso, o adiamento da aplicação da tarifa, com uma taxa fixada em 15% a partir de 2027 e um aumento para 30% em 2028. Trump ordenou que o departamento fornecesse uma atualização sobre os mercados de cobre dos EUA até o final de junho de 2026.

“Embora estejamos surpresos com a revogação quase completa das tarifas propostas para o cobre, acreditamos que isso mostra que o governo Trump ainda está focado na segurança do fornecimento” do produto, disseram analistas do Goldman.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 31/07/2025

IBAMA ANALISA MAIS DE 100 PROJETOS PARA EÓLICAS OFFSHORE

Projeto aprovado no Rio Grande do Norte servirá de piloto para os demais; setor aguarda regulamentação

Por Roseli Loturco — Para o Valor, de São Paulo



Marcello Cabral, diretor da Abeeólica: 'A lei deu a trilha, agora precisamos do trilho' — Foto: Flávia Valsani/Divulgação

O Brasil está prestes a dar um passo importante para impulsionar a transição energética no país. Apesar do pouco conhecimento sobre o tema e seus reais impactos ambientais, o marco legal das eólicas offshore, publicado em janeiro deste ano, está com consulta pública aberta até 4 de agosto e vem agitando o setor. Há 104 projetos na fila de análises do Ibama, que até agora, só avaliou 3 e liberou 1. Se fossem

operacionalizados, os projetos teriam capacidade de gerar 700 Gigawatts (GW) de energia (quase o triplo da capacidade atual instalada em todo o sistema nacional, de 220 Gigawatts), segundo estudo técnico da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), do Ministério de Minas e Energia (MME).

A discussão sobre os Complexos Eólicos Offshore (CEO) e sua interface com o meio ambiente são relativamente novas no cenário nacional e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) diz que dentre os 104 pedidos em análise, um número bem superior à metade deste total não deverá ser desenvolvido no curto e médio prazos, devido às características de oferta e demanda de energia no país.

“Porém, com transição energética em curso, através principalmente da eletrificação de processos que utilizam combustíveis fósseis, trata-se de uma opção a ser utilizada no país ao longo das próximas décadas”, observa Eduardo Wagner, coordenador de licenciamento ambiental de geração de energia por fontes renováveis e térmicas do Ibama. O técnico destaca que, do ponto de vista ambiental, a literatura mostra que os impactos da geração de energia eólica offshore não são tão relevantes. “São notadamente menores do que os impactos ambientais de geração eólica onshore”, diz.

No momento, o setor está de olho no único projeto aprovado, que servirá de piloto para os demais, terá capacidade reduzida para gerar 25 MW (Megawatts), e será conduzido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Rio Grande do Norte (Senai-RN). Denominado "sítio de testes", além de atender aos requisitos legais e técnicos do licenciamento, se destaca, na opinião do Ibama, por seu caráter inovador e poderá fornecer dados ambientais e tecnológicos através de pesquisa e monitoramento de sua instalação e operação.

O sítio de testes será instalado no litoral do município de Areia Branca (RN), a uma distância de 15 a 20 quilômetros da costa. Está previsto a instalação de dois aerogeradores -- um de 8,5 megawatts (MW) e outro de 16 MW. "O Ibama nos deu a licença prévia para a instalação da planta piloto. Mas todo projeto tem três fase de licença: a ambiental, a licença de instalação e a licença de operação", conta Rodrigo Melo, diretor do Senai-RN e do Instituto Senai de Inovação em Energias Renováveis (ISI-ER), que já vai emitir edital de captação de empresas, nacionais e multinacionais, que têm interesse em investir nesta pesquisa.

"Deve ser na primeira quinzena de agosto. Um projeto de engenharia como este deve envolver entre R\$ 40 milhões a R\$ 50 milhões e ter cronograma entre 14 e 18 meses. A partir disso, tem a segunda fase que é construção, montagem da planta piloto, que deve levar outros 14 a 18 meses para que o parque seja colocado em operação", diz Melo.



Rodrigo Melo, do Instituto Senai de Inovação em Energias Renováveis (ISI-ER): projeto com desenvolvimento de conteúdo nacional — Foto: Humberto Sales/Divulgação

O executivo explica que, apesar de ter estudado as referências desenvolvidas do Reino Unido, Dinamarca, Noruega e Alemanha, o Brasil tem os melhores ventos do mundo e mar raso, de 6 a 20 metros, o que pode gerar parques mais eficientes, com investimento inicial bem menor. Outro ponto que considera forte no projeto é o desenvolvimento de 'conteúdo nacional', com tecnologias produzidas no Brasil.

A partir desta experiência e da consulta pública, o setor aguarda a regulamentação técnica para que o governo faça a chamada para o primeiro leilão de concessão das áreas mapeadas para as eólicas offshore, esperado para o primeiro semestre de 2026.

A Lei nº 15.097, do marco legal, regula a geração de energia elétrica a partir de empreendimentos localizados no ambiente marinho e em outros corpos hídricos sob domínio da União. Esta legislação insere as atividades de geração offshore na Política Energética Nacional e altera leis anteriores, estabelecendo princípios e fundamentos como desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda no país, estudo e desenvolvimento de novas tecnologias de energia renovável, incluindo a redução de emissões de carbono, como na extração de hidrogênio a partir da energia offshore.

"O marco legal atende totalmente às necessidades da indústria, pois o trabalho vinha sendo feito desde 2020, quando a EPE e o Ibama elaboraram as normas técnicas. A lei traz algo fundamental: princípios fundamentais do aproveitamento offshore do Brasil", afirma Marcello Cabral, diretor de novos negócios da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica).

"Ela é explícita quanto da racionalidade do uso dos recursos, com harmonização com o modo de vida das comunidades tradicionais e com a proteção do meio ambiente. A lei deu a trilha, agora precisamos do trilho", diz Cabral sobre a necessidade da regulamentação para saber, por exemplo, dos custos das outorgas para utilização das áreas. "Daí a importância da consulta pública, para que a sociedade possa opinar e dar sua contribuição".

Para o advogado especialista em energia Vitor Sarmiento de Mello, a maior parte da lei trata dos leilões de cessão de áreas de exploração, que podem ser feitas com ofertas permanentes ou

planejadas. “Mas desde 2020, há termo de referência do Ibama que traz as orientações para o estudo de impacto ambiental. A lei não trata da questão diretamente. Ela traz os critérios para a cessão de área. Por isso o mercado aguarda ansiosamente pela regulamentação”, diz Mello, sócio do Rolim Gourlerd Cardoso Advogados.

Ele explica que na consulta pública não são consideradas só as áreas com os melhores ventos, mas também acesso a estrutura portuária e de transmissão de energia para ser escoada para o sistema em terra. “E também a parte que leva em conta os aspectos sociais. O que pesa para as comunidades pesqueiras, litorâneas, que vivem do turismo, os impactos que terão para essas regiões e as metodologias para concessão. Está na nota técnica da consulta pública. O que é passo importante para definição de regras para o leilão”, observa Mello.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 31/07/2025

OS LEILÕES DE FERROVIAS E HIDROVIAS VÃO LIBERTAR O AGRO DA DEPENDÊNCIA DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO

O modal rodoviário responde por 64,7% da movimentação de grãos agrícolas e fertilizantes do país, de acordo com dados do Núcleo de Logística da Fundação Dom Cabral (FDC)

Por Domingos Zapparoli, Para o Valor — São Paulo



Hidrovia do Rio Paraguai tem 600 quilômetros e deve ser a primeira concessão do tipo no país — Foto: Márcia Foletto/Agência O Globo

O governo federal planeja iniciar ainda em 2025 dois programas de licitações de infraestruturas logísticas, um voltado para ferrovias e outro para hidrovias, com o objetivo de reduzir a atual dependência do agronegócio do modal rodoviário, que, hoje, responde por 64,7% da movimentação de grãos agrícolas e fertilizantes do país, de acordo com dados do Núcleo de Logística da Fundação

Dom Cabral (FDC).

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) pretende publicar em setembro o edital da primeira concessão hidroviária do país, a Hidrovia do Rio Paraguai, e efetivar o leilão até dezembro. A hidrovia de 600 quilômetros de extensão abrange o trecho entre Corumbá (MS) e Porto Murtinho (MS) e deve estimular investimentos de R\$ 13,9 milhões em 2026.

“A concessão vai garantir serviços de sinalização e dragagem permanente, melhorando a navegabilidade da hidrovia”, diz o ministro Sílvio Costa Filho, do MPor. Nos últimos cinco anos, o transporte pelo rio foi paralisado, em média, 65 dias por ano, devido ao assoreamento e à estiagem. A previsão é que, com a concessão, as interrupções ocorram, em média, oito dias por ano.



O ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, diz que concessão vai melhorar a navegabilidade da Hidrovia do Rio Paraguai — Foto: Fábio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

Atualmente o rio Paraguai não é representativo para a produção agropecuária brasileira e escoada principalmente minérios, que respondem por 78% do tráfego. Em média, apenas 300 mil toneladas de grãos por ano são escoadas pela via. A projeção da Confederação da Agricultura e Pecuária do

Brasil (CNA) é que esse volume evolua gradualmente para algo como 3,2 milhões de toneladas anuais até 2045.

“A prioridade do agro são as concessões das hidrovias amazônicas, como as dos rios Madeira (RO-AM), Tocantins (TO-PA) e Tapajós (PA)”, diz Elisângela Pereira Lopes, assessora técnica de infraestrutura e logística da CNA. Em 2024, foram embarcados ao exterior por portos de rios amazônicos 31,8 milhões de toneladas de soja e milho.

“Esse volume seria maior se houvesse mais previsibilidade na oferta. O transporte pelo Madeira, por exemplo, é impraticável em períodos de grande seca, como ocorreu em 2023”, diz Lopes. “O transporte não seria interrompido se houvesse um serviço de dragagem contínua.”



“A prioridade do agro são as concessões das hidrovias amazônicas”, diz Elisângela Pereira Lopes, assessora técnica de infraestrutura e logística da CNA — Foto: Tony Oliveria/CNA

A navegabilidade do rio Tocantins é prejudicada por uma formação rochosa de 40 quilômetros conhecida como Pedral do Lourenço, no Pará. O derrocamento das rochas é uma promessa que já constava do Programa de Aceleração do Crescimento 1 (PAC 1), lançado em 2007. Em maio, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos

Naturais Renováveis (Ibama) deu aval para a remoção do pedral, o que deve ocorrer em 12 meses. O MPor calcula que o rio tem potencial de movimentar 20 milhões de toneladas por ano, substituindo 500 mil viagens de caminhões. A hidrovia favorece principalmente os produtores da região conhecida como Matopiba, que engloba Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

No cronograma original do governo, os leilões de hidrovias estavam previstos para iniciar no primeiro trimestre de 2025, com a concessão da Hidrovia do Madeira. Agora, segundo o ministro Costa Filho, o MPor programa levar a leilão em 2026 as hidrovias do Madeira, do Tocantins, do Tapajós (PA) e também da Lagoa Mirim (RS) e a chamada Hidrovia Verde, de Manaus (AM) à Barra Norte, na foz do rio Amazonas.

Ampliar a infraestrutura logística do Centro-Oeste, do Matopiba e do Norte do país é uma prioridade do agronegócio há mais de 30 anos e que sucessivos governos não têm conseguido atender. Em 2024, o chamado Arco Norte, região acima do paralelo 16ºS, linha imaginária que corta o Brasil na altura do sul de Mato Grosso ao sul da Bahia, produziu 178,9 milhões de toneladas de soja e milho, 67,9% da produção nacional. A expansão da produção na região foi de 220% em um período de apenas cinco anos.

Em Mato Grosso, maior produtor nacional, a colheita de soja e milho foi de 86 milhões de toneladas na safra 2023/2024. A projeção conservadora é de uma produção de 144 milhões de toneladas em 2035. “A produção migrou, ocupou novos territórios agrícolas, mas o produtor continua dependendo da mesma rodovia que usava há 40 anos”, resume o especialista em logística Paulo Resende, da FDC.

Segundo Resende, enquanto o Brasil investiu por ano em média 0,8% de seu Produto Interno Bruto (PIB) em infraestrutura de transporte nos últimos 40 anos, concorrentes como os Estados Unidos, Índia, Austrália e Canadá investiram entre 2,1% e 2,6% de seus PIBs. “Estamos perdendo competitividade.”

Em abril, de acordo com pesquisa da CNA, o produtor de Sorriso (MT) pagava US\$ 91 por tonelada para transportar soja de caminhão por 2 mil quilômetros até Santos (SP) e US\$ 35 para o transporte marítimo até a China, totalizando US\$ 126. O mesmo produtor de Sorriso pagava US\$ 70 por tonelada para também percorrer 2 mil quilômetros de caminhão e barcaça até Barcarena (PA) e US\$ 38 para chegar à China, totalizando US\$ 108 por tonelada.



Os concorrentes de Illinois, nos Estados Unidos, pagam US\$ 22 por tonelada para levar grãos por barcaça até New Orleans, distante 1.360 quilômetros, e outros US\$ 45 para o transporte marítimo, totalizando US\$ 67 por tonelada.

“Nosso problema é o custo do transporte em território nacional, que poderia ser bastante amenizado com uma oferta maior de ferrovias e hidrovias”, diz Lopes, da CNA. A estimativa, segundo o economista, é que uma ferrovia se viabilize com o transporte de 10 milhões de toneladas anuais. “Só a produção atual de Mato Grosso viabiliza oito ferrovias. Não temos nenhuma”, diz.

Há mais de ano, o governo federal vem adiando o lançamento de um Plano Nacional de Ferrovias, com o qual pretende viabilizar investimentos estimados em R\$ 138,6 bilhões em 15 ativos ferroviários e 19 mil quilômetros de trilhos. Uma das propostas do plano é a estruturação de um modelo financeiro denominado “concessão com aportes”, que prevê que o governo federal entre com parte dos recursos para o Capex das obras, ou seja, com parte da construção da infraestrutura necessária, sendo que um parceiro privado deverá fazer a contrapartida financeira da obra e depois arcar com os custos operacionais.

“É uma forma que estudamos para amenizar o investimento inicial e atrair investidores”, diz George Santoro, secretário-executivo do Ministério dos Transportes. Segundo Santoro, os recursos públicos para os projetos devem vir de três fontes: verbas orçamentárias, de valores obtidos com a repactuação de contratos antigos de ferrovias e também de imóveis da União, que seriam monetizados por meio de fundos de investimentos imobiliários.

O primeiro projeto previsto neste formato é a construção greenfield, ou seja, do zero, do Anel Ferroviário Sudeste (EF-118), ligando Espírito Santo e Rio de Janeiro e que terá conexão com a Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM). O trecho inicial, de 170 quilômetros entre Anchieta (ES) e São João da Barra (RJ), prevê investimentos de R\$ 4,6 bilhões. A meta do governo é realizar o leilão em dezembro, mas Santoro já admite a possibilidade de que ocorra em março de 2026.

Um segundo trecho, ainda sem data de leilão prevista, terá 235 quilômetros e chegará a Nova Iguaçu (RJ), onde fará conexão com a malha ferroviária que atende o porto de Santos. “Será uma ferrovia que conecta os portos do Sudeste”, diz Santoro. Minério de ferro, açúcar e café são as principais cargas previstas.

Para 2026, o Ministério dos Transportes planeja efetivar uma concessão de grande interesse do agronegócio: o corredor ferroviário Leste-Oeste, formado pela Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) entre Ilhéus (BA) e Figueirópolis (TO), onde se conectará à Ferrovia Norte-Sul (FNS), e a Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico), que parte da FNS em Mara Rosa (GO) e chega a Lucas do Rio Verde (MT), atendendo no trajeto várias regiões produtoras de grãos.

Também está na programação do Ministério dos Transportes para 2026 o leilão da Ferrogrão, projeto greenfield de 933 quilômetros entre Sinop (MT) e Miritituba (PA). O projeto, no entanto, aguarda desde 2021 uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre questionamentos relacionados à sua viabilidade socioambiental e depois ainda terá de passar pela aprovação do Tribunal de Contas da União (TCU).

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 31/07/2025

TARIFAÇO TRAVA 1.200 CONTÊINERES DE ROCHAS ORNAMENTAIS E SETOR TEME COLAPSO

O montante encaixado representa cerca de US\$ 38 milhões em mercadorias

Por Robson Rodrigues, Valor — São Paulo



— Foto: Pexels

Com quase 1.200 contêineres parados em portos e pátios industriais, o setor de rochas ornamentais do Espírito Santo vive um momento crítico após o anúncio do presidente dos Estados Unidos de aplicar tarifas de até 50% a produtos brasileiros.

O montante encalhado representa cerca de US\$ 38 milhões em mercadorias, e a expectativa é de prejuízos

em cadeia caso a medida se concretize, segundo o Sindirochas, associação que representa as empresas do setor.

Apesar de exportar para 140 países, o setor tem sua operação voltada quase totalmente ao modelo de negócios americano, que exige padrões específicos e demanda grandes volumes. Ao Valor, o presidente da entidade, Ed Martins André, diz que o mercado americano é o principal destino da produção capixaba, responsável por 77% das exportações brasileiras de chapas de rochas ornamentais.

“Estamos tentando entender o que entra ou não na taxaço. Mas, por ora, há muita incerteza e nenhuma alternativa viável de desvio de mercado”, afirma Martins.

Os Estados Unidos importam 85% das rochas naturais que utilizam na construção civil. Desse total, o Brasil responde por 23% de participação. Com a produção travada, o dirigente diz que empresas do setor avaliam antecipar férias coletivas, reduzir jornada e até realizar demissões para adequar o quadro de pessoal à nova realidade.

“Fala-se em conversas com o sindicato dos trabalhadores para antecipar férias, reduzir carga horária e até demissão também, mas nada está definido ainda”, acrescenta.

Quase todo o parque industrial do setor de rochas ornamentais do país está concentrado no Espírito Santo, que responde por 82% de toda a produção nacional, segundo o Sindirochas. O Estado abriga não apenas a maior parte das pedreiras e beneficiadoras do país, como também centros de tecnologia e logística voltados exclusivamente para a exportação.

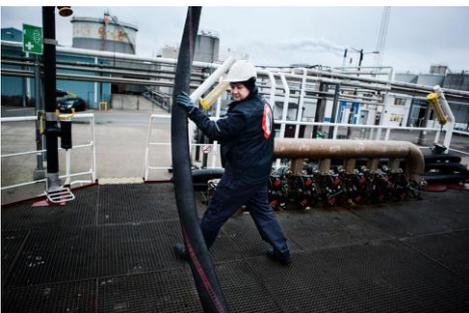
Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 31/07/2025

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

REINO UNIDO FINANCIARÁ TREINAMENTO DE AQUAVIÁRIOS PARA USO DE COMBUSTÍVEIS DE BAIXO CARBONO E NET-ZERO

Da Redação Navegação 31/07/2025 - 20:30



A 'Competição de Demonstração Marítima Limpa' do Reino Unido, criado pelo governo britânico para fomentar projetos de descarbonização, uso de combustíveis renováveis e reduzir emissão de gases do efeito estufa (GEE), vai financiar pesquisas de um consórcio intersetorial composto pela empresa de treinamento, conferências e publicações sobre combustíveis marítimos DFDS, a empresa de transporte marítimo e logística Ship.Energy, a Associação Internacional da Indústria de Bunkers (IBIA) e a inglesa Universidade de Plymouth para qualificação de tripulações e trabalhadores do

setor portuário no uso de combustíveis limpos e de baixa emissão.

O projeto Skills 4 Future Maritime Fuels será desenvolvido em três fases: análise da lacuna de competências; desenvolvimento de programas modulares de treinamento abrangendo uma gama de competências; e testes-piloto em situações reais. Llewellyn Bankes-Hughes, presidente e CEO da Ship.Energy, que lidera o projeto, explica que o objetivo é que a força de trabalho marítima tenha acesso a treinamento que proporcione as habilidades necessárias para trabalhar com segurança com novos combustíveis. “À medida que o ritmo da descarbonização acelera, precisamos garantir que o treinamento dos trabalhadores de bordo e em terra esteja em sintonia com a inovação tecnológica e os desenvolvimentos regulatórios”, justificou.

O conteúdo e a estrutura dos cursos terão como base a experiência e a contribuição de órgãos profissionais e as pesquisas que vêm sendo feitas em Plymouth. “Ao combinar conhecimento acadêmico com dados do mundo real, estamos moldando uma força de trabalho que não só está pronta para operações de baixo carbono, mas também capaz de liderá-las”, explicou Stavros Karamperidis, chefe do grupo de pesquisa em transporte marítimo da universidade inglesa.

Gemma Griffin, vice-presidente e chefe de tripulação global da DFDS, disse que a iniciativa permitirá preparar os trabalhadores para o futuro do setor marítimo, à medida que as empresas investem em embarcações mais sustentáveis e soluções de energia mais limpa. “É vital que nossas equipes tenham o conhecimento e a confiança necessários para trabalhar com segurança e eficácia com novas tecnologias”, afirmou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 31/07/2025

COSTA FILHO AFIRMA QUE HIDROVIAS SÃO PRIORIDADE

Da Redação Portos e logística 31/07/2025 - 20:38



O ministro de portos e aeroportos, Silvio Costa Filho, afirmou, na última quarta-feira (30), que a ampliação das hidrovias e o avanço da sustentabilidade são essenciais para reduzir custos, integrar regiões e atrair investimentos. Ele disse que, pela primeira vez no país, as hidrovias passaram a ser tratadas como prioridade para o desenvolvimento logístico e destacou que o Brasil tem mais de 20 mil quilômetros de hidrovias navegáveis e potencial para chegar a 60 mil quilômetros.

“Investir nas hidrovias é essencial para aumentar a competitividade, reduzir custos e integrar regiões”, destacou o ministro durante evento para discutir a logística dos transportes no Brasil, que foi promovido pelo jornal Valor Econômico, pela Infra S.A. e pelo Ministério dos Transportes, em São Paulo (SP). Na ocasião, Costa Filho ressaltou que, ainda neste ano, será feita a primeira concessão hidroviária do Brasil, na hidrovia Paraguai-Paraná, que será usada para o escoamento de cargas como celulose e minérios e para integração com o Porto de Chancay, no Peru.

Ele também confirmou a intenção de conceder as hidrovias do Madeira e do Tocantins. “Elas podem reduzir em até 40% os custos logísticos”, estima Costa Filho. Segundo o ministro, o Brasil tem condições de liderar o setor de infraestrutura logística globalmente, oferecendo projetos com boa rentabilidade e alinhamento à agenda mundial de sustentabilidade. Ele considera que a logística nacional é um diferencial para ampliar mercados, sobretudo na Ásia, e que o governo está empenhado na modernização dos portos e aeroportos e no fomento a parcerias com o setor privado na integração entre rodovias, ferrovias e hidrovias.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 31/07/2025

ARRENDAMENTO PARA TERMINAL DE GRANÉIS LÍQUIDOS NO PORTO DO RIO ENTRARÁ EM CONSULTA

Da Redação Portos e logística 31/07/2025 - 19:52



A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) avançou no processo licitatório do terminal RDJ06A, no Porto do Rio de Janeiro (RJ). A diretoria colegiada da agência aprovou, em reunião, nesta quinta-feira (31), a realização da consulta e audiência públicas para aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos relativos ao leilão para o arrendamento.

O terminal, com 11.800 metros quadrados (m²), é destinado à movimentação e armazenagem de graneis líquidos não inflamáveis, especialmente óleos básicos. O prazo do arrendamento previsto é de 25 anos. A agência reguladora informou que o período de participação social e da sessão pública sobre o arrendamento serão divulgados no Diário Oficial da União.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 31/07/2025

SAAM TOWAGE INCORPORA 2 REBOCADORES DE 80 TTE PARA OPERAÇÕES NO CHILE E PERU

Por Danilo Oliveira Portos e logística 31/07/2025 - 19:35



A operadora de rebocadores Saam Towage anunciou, nesta quinta-feira (31), a incorporação à sua frota de duas novas unidades de última geração: Saam Petrel e o Saam Charrán (foto). Construídas no estaleiro Sanmar, na Turquia, as embarcações têm, cada uma, 24,4 metros de comprimento, 12 metros de largura e capacidade de tração de 80 toneladas (bollard pull), atingem velocidade máxima de 13 nós e são equipadas com motores Caterpillar, que produzem 2.350 kW a 1.800 rpm.

Segundo a empresa, o Saam Petrel está a caminho do porto de Arica, no Chile, e o Saam Charrán já está no porto de Callao, no Peru, onde será usado nas operações de atracação e desatracação. Eles contam com sistema de controle de emissões certificado pela IMO Tier III para a redução de óxidos nitrosos (NOx).

Os nomes dos rebocadores fazem referência a aves marinhas nativas das costas do Chile e do Peru, escolhas adotadas pela Saam Towage desde o início de suas operações, há mais de 60 anos. Segundo Cristián Cifuentes, gerente da companhia para o Chile e o Peru, a incorporação dos dois rebocadores é parte do plano de investimentos da empresa para otimizar sua capacidade operacional e de oferta de serviços nos dois países.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 31/07/2025

ARTHUR PIMENTEL, DA AEB: BRASIL PRECISA DIVERSIFICAR MERCADOS

Por Nelson Moreira Portos e logística 31/07/2025 - 20:52

Presidente do Conselho de Administração da Associação enxerga vizinhos da América Latina e países da costa Atlântica da África como destinos potenciais para produção nacional

O Brasil precisa ampliar suas parcerias no comércio internacional para evitar que medidas de caráter político e sem fundamentação técnica, como a imposição unilateral de tarifas de importação de 50% sobre produtos brasileiros anunciada pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, sejam



gravosas para o comércio exterior do país. A receita é de Arthur Pimentel, presidente do Conselho de Administração da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), que cita os vizinhos da América Latina e os países da Costa Atlântica da África como destinos potenciais para a produção nacional.

Apesar de estar esperançoso de que o governo norte-americano amplie a lista de mercadorias excluídas da sobretaxa de 40% sobre a taxa de importação anterior, de 10%, que era cobrada sobre a maioria dos bens oriundos do

Brasil que chegam aos Estados Unidos, Pimentel alerta que o caso deve servir de lição para empresários e governo. “É uma lição, um aprendizado, para o Brasil ficar mais ligado no que acontece nesses momentos e à geopolítica”, disse à Portos e Navios.

Para Pimentel, um dos resultados desse aprendizado deve ser entender a necessidade de diversificar ao máximo as parcerias comerciais e os destinos de produtos brasileiros. Ele cita que a pouca interação com os africanos do outro lado do Atlântico e os sul-americanos deve ser uma meta a ser superada, principalmente para a exportação de manufaturados, que são produtos de maior valor e que geram mais receita. “Os sul-americanos são nossos vizinhos e a costa Atlântica da África está diante do Brasil, condições que são favoráveis logísticas para a integração”, apontou.

No caso dos sul-americanos, ele defende a necessidade de acelerar os projetos de ligação do Brasil, por hidrovias e ferrovias, a portos do Oceano Pacífico, como o de Iquique, no Chile. Ele considera um caminho para reduzir custos de transporte e facilitar a entrega de mercadorias em países como Peru, Equador e Colômbia e aos da América Central, além da vizinha Bolívia, nesse caso por rios e por trens.

Além da proximidade e da facilidade de transporte de mercadoria nesses casos, se os projetos de integração forem concluídos, ele considera as necessidades de importação de bens dos países das Américas e da África como atrativos a mais para serem parceiros e compradores dos produtos produzidos no Brasil. Além disso, citou as similaridades culturais e de gostos como fatores a serem considerados.

Pimentel ponderou que, para conseguir atingir com mais benefícios esses mercados, sem menosprezar a importância da exportação de commodities, é preciso investir na ampliação da capacidade e da qualidade da indústria brasileira. Por isso, ele acha fundamental investir pesado num programa de reindustrialização do Brasil, com participação ativa de bancos de fomento, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). “Precisamos discutir a reindustrialização. Buscar a produção de manufaturados. Mas a gente só consegue se tiver crédito”, afirmou.

Nesse sentido, ele vê com bons olhos acenos que partem da administração do BNDES em direção aos empresários. Segundo ele, o principal banco de fomento brasileiro tem procurado representantes do setor produtivo e ligados ao comércio exterior em busca de projetos que possam incentivar a industrialização, a ampliação das vendas externas do Brasil e a conquista de parcerias que tragam mais alternativas ao comércio exterior do país.

O conselheiro da AEB diz que esse é melhor caminho para mitigar imprevisibilidades como a criada pela administração do presidente Donald Trump. Ele acredita que faltou uma boa estratégia do lado brasileiro porque, desde o começo da administração do presidente americano, havia sinais de que ele tomaria medidas contra o Brasil e contra outros países. “Do lado brasileiro, não houve uma estratégia crítica, para prever o que estava vindo”, avaliou.

Segundo Pimentel, todo o primeiro semestre de 2025 foi marcado por incertezas para os exportadores brasileiros, até a consumação do anúncio das tarifas de 50% sobre os produtos brasileiros. A situação atual é considerada mais grave porque as medidas do governo americano não

se baseiam em questões técnicas ou econômicas. “Quando começaram essas informações, elas tinham como pano de fundo a China e o BRICS. Agora, está mirando no Brasil”, disse.

Ele acredita que faltou do governo brasileiro se antecipar e buscar um p'lano B', já que o aumento de tarifas estava no horizonte. Para Pimentel, o Brasil deveria ter buscado logo negociar, mas levou tempo para começar. “Quando procuraram a negociação, o outro lado não quis. E agora não quer conversar”, comentou.

O presidente do conselho administrativo da AEB elogia, no entanto, os setores empresariais brasileiros que se esforçaram para mostrar, inclusive aos importadores americanos, que o aumento de tarifas indiscriminadamente traria prejuízos também à economia e aos consumidores dos Estados Unidos. Pimentel entende que foi esse esforço que levou à exclusão de centenas de produtos da lista dos quais serão cobradas as taxas de importação de 50%

Como as negociações continuam e há outros setores essenciais para os americanos ainda punidos com as taxas de 50%, Pimentel acredita que a lista dos excluídos das cobranças que inviabilizam as vendas de produtos brasileiros de vários segmentos seja ampliada. “Acho que não vai parar por aí. Espero que as negociações levem a novas exclusões”.

Pimentel acrescentou que a AEB ainda não tem um balanço do volume de cargas que deixaram de ser enviadas do Brasil para os Estados Unidos desde que, em 9 de julho, Trump anunciou que elevaria as tarifas sobre as exportações brasileiras. Ele disse que a associação tem informações de que contratos foram cancelados ou suspensos à espera da definição do governo americano e espera que sejam retomados, apesar das incertezas e da insegurança não terem sido superadas.

Data: 31/07/2025

TVV OPERA PANAMAX COM 33 MIL TONELADAS DE FERTILIZANTES

Da Redação Portos e logística 31/07/2025 - 17:26



Pela primeira vez em sua história, o porto organizado de Vitória, parte do complexo portuário de Catuaba, no Espírito Santo, realizou a descarga de um navio classe Panamax com 83 mil toneladas de porte bruto (DWT) e sem guindaste de bordo. A embarcação *Legendary Diva* trouxe da China 33 mil toneladas de fertilizantes e começou a ser descarregado na última quarta-feira (30), com uso de guindastes móveis portuários (MHC) próprios do Terminal Portuário de Vila Velha (TVV), operado pela Log-In.

De acordo com Gustavo Paixão, diretor de terminais da Log-In, a operação com o navio Panamax sem guindaste foi possível por causa de investimentos feitos na modernização do TVV. “O terminal passou por um ciclo de renovação da infraestrutura, ampliação de retroárea, incorporação de novas tecnologias e aquisição de equipamentos operacionais de grande porte, como os MHCs”, destacou Paixão.

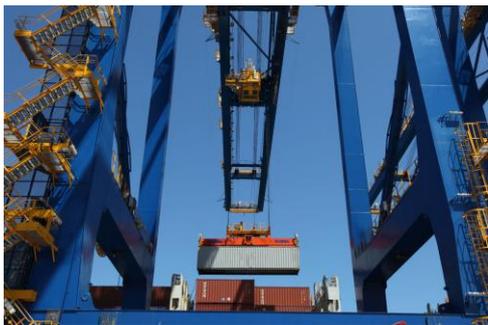
Além disso, ele mencionou que os ajustes nas normas de atracação do Porto de Capuaba permitiram o aumento do limite de porte bruto permitido, de 70 mil toneladas para 83 mil toneladas. Para aumentar o porte das embarcações recebidos, foi feita também, em abril e maio de 2025, a dragagem no canal de acesso ao complexo portuário de Vitória, garantindo a manutenção do calado em 12,5 metros. Na obra, foram investidos R\$ 30 milhões.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 31/07/2025

FIRJAN MANIFESTA PREOCUPAÇÃO COM TARIFAÇO

Da Redação Portos e logística 31/07/2025 - 17:35



A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) reiterou preocupação com as tarifas estadunidenses sobre as exportações brasileiras. Em nota publicada na última quarta-feira (30), o decreto do governo americano confirmaram as tarifas de importação de 50% sobre os produtos de aço e de alumínio e impactam diretamente a pauta exportadora do estado do Rio de Janeiro.

Segundo a Firjan, em consulta com a base empresarial, cerca de 60% responderam que esperam impactos das medidas em seus negócios no curto prazo, principalmente na queda de receitas, no aumento de custos operacionais e na redução das exportações.

A entidade ressaltou a preocupação do setor industrial com o impacto nos níveis de emprego nos setores afetados e informou que 42% dos empresários entrevistados manifestaram temer a possibilidade de redução de postos de trabalho.

Na nota, a Firjan defende ainda “a urgência da intensificação da atuação diplomática e para diplomática em diversos níveis para construção de uma solução negociada e célere para mitigação dos impactos econômicos e sociais das novas tarifas anunciadas”.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 31/07/2025

IBRAM AFIRMA QUE 25% DAS EXPORTAÇÕES DE MINERAIS SERÃO SOBRETAXADAS

Da Redação Portos e logística 31/07/2025 - 17:42



O Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) publicou, na última quarta-feira (30), uma nota, com base no decreto do governo dos Estados Unidos, que indica que, dos US\$ 1,53 bilhões que representam 4% das exportações minerais brasileiras destinadas ao mercado norte-americano, cerca de 75% estão incluídos nas exceções previstas e que 25% das exportações serão impactadas.

No comunicado, o Ibram informa que não foram contemplados os minerais caulim, cobre, manganês, vanádio, bauxita e algumas pedras e rochas ornamentais e anuncia que continua analisando os detalhes do decreto para compreender plenamente seus impactos. Além disso, o Ibram reafirmou seu compromisso de atuar para que todos os minerais brasileiros sejam excluídos da nova sobretaxa.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 31/07/2025

CANAL DE SANTOS REABRE APÓS MAU TEMPO E INTERRUPÇÕES

Da Redação Portos e logística 30/07/2025 - 23:50



A operação no Porto de Santos (SP) enfrentou, nos últimos dias, efeitos da ressaca do mar, ondas e ventania, que precisaram fechar o acesso ao atracadouro por cerca de 29 horas, somando os períodos de interrupção. A operação foi retomada, nesta quarta-feira (30), a partir das 9h30, com saída dos primeiros navios a partir das 10 horas. De acordo com a Praticagem de São Paulo, 15 embarcações permaneceram paradas durante o período. A paralisação começou na última segunda-feira (28), das 2h30 às 5h30. Na terça-feira (29), novamente o canal ficou

fechado entre 2h e 11h15 e entre 16h45 e 9h30 de hoje. As ondas na barra chegaram a atingir a altura de 3,98 metros. O registro máximo dos ventos foi de 111 quilômetros por hora.

A maior paralisação no Porto de Santos, pelo mesmo motivo, ocorreu em agosto de 2016, quando o canal foi fechado durante 30 horas e o pico das ondas atingiu 4m40. Fábio Mello Fontes, presidente da Praticagem de São Paulo considera que é importante adotar essa estratégia para evitar riscos. “Proteção da navegação e segurança para o Porto de Santos, o meio ambiente e a comunidade são os cuidados adotados em conjunto pelas autoridades marítima e portuária e a praticagem”, comentou.

Para o práctico Carlos Alberto de Souza Filho, diretor de relações institucionais da Praticagem de São Paulo, essa paralisação não é normal, mas eventualmente acontece. Ele acrescentou que fenômenos meteorológicos estão cada vez mais extremos e que, neste episódio, foi registrada a maior altura de ondas pelos equipamentos da praticagem: 3m98.

“O período entre o intervalo de tempo entre duas cristas de onda estava prolongado e isso representa um risco para os navios, botando bater no fundo. Felizmente, temos sensores que medem altura e período das ondas, altura das marés, direção e intensidades dos ventos. Com isso, temos dados objetivos e concretos para nos prepararmos para esse tipo de emergência, assessorando a autoridade marítima no sentido de fechar o porto, liberar paulatinamente a navegação dependendo do calado dos navios e acompanhando em tempo real, proporcionando que as operações retomarem à normalidade com segurança”, destacou.

A Praticagem de São Paulo informou que, em comum acordo com a Capitania e a Autoridade Portuária de Santos (APS), resolveu liberar primeiro as embarcações que estavam atracadas para que outras pudessem entrar e ocupar os berços. Como a praticagem paulista tem capacidade para realizar até 80 manobras diárias, os prácticos locais consideram que é possível aumentar o número de manobras no intervalo de tempo para desafogar o que foi represado, até entrar no ritmo normal.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 30/07/2025

IBP CONSIDERA POSITIVA ISENÇÃO DO SETOR DE O&G DAS SOBRETAXAS COBRADAS PELOS EUA

Da Redação Offshore 30/07/2025 - 23:15



O Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) anunciou, em nota divulgada nesta quarta-feira (30), que recebeu 'positivamente' a notícia de que o setor de petróleo e gás foi formalmente isento da tarifa de 50% aplicada pelos Estados Unidos sobre produtos brasileiros. No documento, a entidade classifica a isenção de sobretaxa sobre o setor como “reconhecimento da especificidade do mercado de petróleo e seus derivados e da sua importância estratégica no comércio bilateral”.

Na nota, o IBP observa que existe um fluxo relevante não apenas de exportações de petróleo brasileiro, mas também de importações de derivados essenciais para o mercado nacional. E conclui: “a manutenção da competitividade do setor junto ao mercado norte-americano contribui para preservar os fluxos comerciais e os investimentos, mitigando impactos imediatos”.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 30/07/2025

TARIFAÇÃO PODERIA TER SIDO PIOR E OUTRAS COMMODITIES AINDA PODEM SER ISENTAS, AVALIA SOLVE

Por Danilo Oliveira *Portos e logística* 30/07/2025 - 21:58



Análise preliminar da consultoria identifica que exceções à tarifa adicional de 40% aos produtos brasileiros contemplam 43% das exportações do Brasil em navios com destino aos EUA

Uma análise preliminar da Solve Shipping indica que as tarifas aplicadas pelos Estados Unidos às importações do Brasil foram menos severas dos que as projeções apontavam. A avaliação, no entanto, é que ainda existe cautela por conta das incertezas sobre a inclusão de outros segmentos de produtos dentre as exceções ao 'tarifaço', cujo prazo para entrar em vigor foi adiado

desta sexta-feira (1º), como anteriormente previsto, para a próxima quarta-feira (6). Esses dias a mais podem ser favoráveis às negociações que seguem em curso entre empresários dos dois países e que, eventualmente, podem avançar na esfera governamental.

analise-tarifaco-exportacoes-brasileiras-divulgacao-solve.jpgO levantamento da Solve, baseado em dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Secex/MDIC) do Brasil e no decreto editado pela Casa Branca (Annex I), mostra que as exceções à tarifa adicional de 40% aos produtos brasileiros contemplam 43% das exportações do Brasil em navios para os Estados Unidos.

Outras commodities como café, manga e cacau poderão ser incluídas em futuras listas de exceções por não serem produzidas nos EUA, conforme mencionado, na última terça-feira (29), pelo secretário de comércio dos EUA, Hoeward Lutnick.

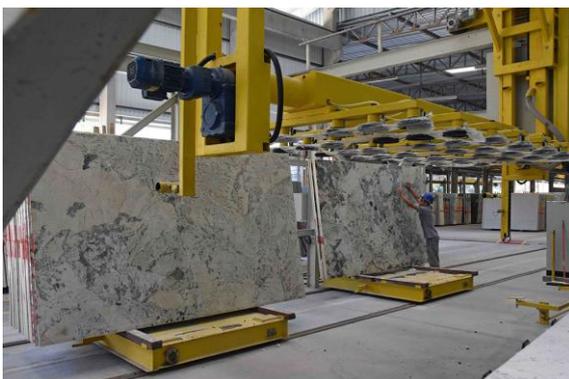
"Embora ainda existam muitas dúvidas e algumas commodities relevantes tenham ficado de fora da lista de exceções, uma análise preliminar já nos permite dizer que esse tarifaço poderia ter sido muito pior. Agora é aguardar para ver se outras commodities não produzidas nos EUA entrarão em outras listas de isenções e torcer para que a razão e o pragmatismo possam tomar conta desse debate", analisou o sócio-consultor da Solve Shipping, Leandro Carelli Barreto.

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 30/07/2025

SETOR DE ROCHAS BRASILEIRO RECEBE COM ALÍVIO INCLUSÃO EM LISTA DE ISENÇÕES

Da Redação *Portos e logística* 30/07/2025 - 23:18



A Associação Brasileira de Rochas Naturais (Centrorochas) divulgou na tarde desta quarta-feira (30 de julho) nota em que manifesta alívio com a notícia de que um dos principais produtos exportados pelo setor para os Estados Unidos, a pedra monumental ou para construção, foi incluída, em decreto divulgado pelo presidente Donald Trump, na lista de isenções da tarifa adicional de 40%. No documento, a entidade lembra que tem no mercado americano seu principal destino no exterior, representando mais de 56% de tudo que exporta.

Na nota, a Centrorochas informa que representantes do setor participarão na sexta-feira (1º de agosto) de encontro na Embaixada do Brasil em Washington para debater as consequências das

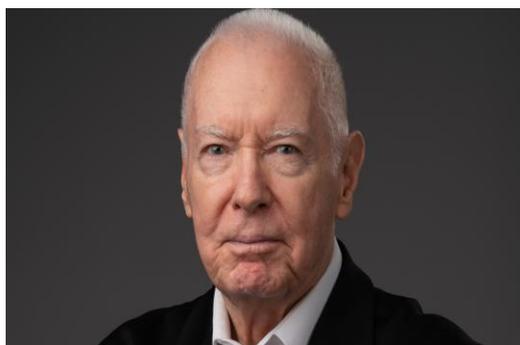
tarifas de importação cobrada pelos Estados Unidos sobre as rochas brasileiras. No documento, a entidade explica que o encontro faz parte das iniciativas, em parceria com o Natural Stone Institute (NSI), para tentar rever qualquer cobrança extra de taxas sobre os produtos do setor. Na ocasião, esclarece a Centrorochas, será feita a entrega simbólica de carta conjunta à National Association of Home Builders (NAHB), reafirmando os impactos que a tarifa teria sobre o setor brasileiro e a cadeia da construção nos Estados Unidos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 30/07/2025

PERDAS DO COMEX BRASILEIRO PODEM CAIR DE 15 PARA 5 BILHÕES DE DÓLARES/ANO, ESTIMA CIBRA

Por Nelson Moreira Portos e logística 30/07/2025 - 21:28



Arno Gleisner, da Câmara de Comércio, espera que lista dos produtos excluídos das sobretaxas americanas seja ampliada com itens exportados pelo Brasil que não podem ser substituídos, em quantidade e em qualidade. Cecaf mantém negociação com parceiros americanos para tentar incluir produto na lista de exceções

O diretor da Câmara de Comércio, Indústria e Serviços do Brasil (Cisbra), Arno Gleisner, reagiu com otimismo ao decreto do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que excluiu diversos produtos brasileiros da lista daqueles

sobre os quais serão cobradas tarifas de importação de 50%. Após fazer uma primeira análise da lista de excluídos da sobretaxa de 40%, anunciada na tarde desta quarta-feira (30), ele estima que a perspectiva de perdas anuais do comércio brasileiro caiu de 15 bilhões de dólares por ano para algo em torno de 5 bilhões de dólares anuais.

“É uma boa notícia para os exportadores e para a economia brasileira”, disse à Portos e Navios. Ele ressaltou a importância de escaparem da sobretaxa produtos de maior valor, como aviões, carros, equipamentos eletrônicos e outros manufaturados, além de petróleo e seus derivados, que têm forte participação no volume de exportações brasileiras para o mercado americano. “Os números do petróleo são sempre gigantes”.

Gleisner lembrou que os americanos são os grandes importadores dos manufaturados brasileiros e disse acreditar que, passada a fase de incerteza criada pela ameaça do presidente dos Estados Unidos de cobrar tarifas de importação de 50% sobre todos os produtos oriundos do Brasil, há espaço até para aumentar as vendas para o mercado americano. Ele justifica dizendo que a indústria brasileira tem capacidade para competir com as de outros países e aumentar sua fatia nas importações norte-americanas, se tiver tarifas iguais.

O diretor da Cisbra vê a mudança de postura do governo americano como resultado do trabalho dos empresários brasileiros que, desde Trump anunciou que taxaria os produtos brasileiros em 50%, se mobilizaram para conversar com seus parceiros dos Estados Unidos para mostrar que a elevação das tarifas seria ruim para os dois lados. “Os argumentos principais, que foram bem sucedidos, foram a necessidade e a conveniência da indústria americana para se manterem competitivos. É uma relação boa para os dois países. Foi o que influenciou o governo americano”.

Gleisner espera que a lista dos excluídos das sobretaxas americanas seja ampliada porque há produtos exportados pelo Brasil que não podem ser substituídos, em quantidade e em qualidade. Ele citou o café como exemplo. “O café brasileiro tem boa aceitação pelos americanos por sua qualidade, que não tem similar na produção de alguns exportadores”.

Ele disse estar otimista com a possibilidade de em breve o café brasileiro, que representa 30% das importações americanas do produto, voltar à tarifa praticada até o mês de julho, de 10%. Segundo o

diretor da Cisbra, se for retirada a sobretaxa e as exportações brasileiras forem normalizadas, a expectativa é que as perdas do Brasil no comércio com os Estados caiam para algo entre dois e três bilhões de dólares. “Quem sabe ainda entra na lista dos que não sofrerão sobretaxa?”.

Gleisner prevê em curto prazo a normalização dos embarques de produtos que ficaram retidos no Brasil desde que, em 9 de julho, Trump anunciou que elevaria, a partir de 1º de agosto, para 50% as tarifas de importação cobradas sobre todos os produtos brasileiros. Também nesse caso, Gleisner admite a possibilidade de aumento de volume importado, num primeiro momento para compensar o que não foi exportado no período de insegurança e depois porque os produtores do país têm potencial para ampliar sua participação no mercado americano.

O diretor da Cisbra disse, no entanto, que a entidade não tem um balanço fechado sobre o volume de contratos que foram cancelados e nem de embarques que foram suspensos. Ele explicou que isso se deve à diversidade de situações envolvendo a relação entre exportadores brasileiros e importadores americanos. Segundo ele, há casos de importadores que cancelaram contratos temendo pagar a sobretaxa e de outros que pediram o adiamento do envio dos produtos à espera de uma possível revisão das taxas, como aconteceu.

Do lado brasileiro, houve situações em que exportadores decidiram suspender envios para evitar riscos de inadimplência dos compradores ou mesmo de terem os produtos recusados na entrega e serem obrigados a arcar, além dos preços dos fretes, inclusive de retorno, com custos de armazenagem e desembaraço de cargas nos Estados Unidos.

Cecafé mantém negociação para evitar sobretaxa

Após da divulgação nesta quarta-feira do decreto do presidente Trump que manteve a ameaça de cobrar tarifa de importação de 50% sobre o café comprado do Brasil, o Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé) divulgou nota em que informa que mantém negociação com seus parceiros americanos, como a National Coffee Association (NCA), para pressionar o governo dos Estados Unidos a incluir o produto na lista de exceções. No documento, a entidade lembra que os cafés brasileiros representam “fatia superior a 30% do mercado cafeeiro norte-americano”.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 30/07/2025

KONGSBERG EXPANDIRÁ PRESENÇA NA INDONÉSIA COM 2 NOVOS ESCRITÓRIOS

Da Redação Indústria naval 30/07/2025 - 23:22



A norueguesa Kongsberg Maritime anunciou, nesta quarta-feira (30), na Inamarine Expo, em Jacarta, na Indonésia, a abertura de dois novos escritórios naquele país, na própria Jacarta e em Batam. Segundo a empresa, equipes serão estabelecidas em ambas as cidades para fornecer suporte local de vendas e pós-venda, incluindo serviços e peças de reposição.

A mudança, afirma a companhia, busca garantir suporte mais rápido a embarcações e operações equipadas com a tecnologia Kongsberg Maritime.

“Estabelecer uma presença em ambas as cidades nos permite estar mais próximos de nossos clientes, responder mais rapidamente às suas necessidades e oferecer suporte durante todo o ciclo de vida dos produtos Kongsberg Maritime”, disse Patrick Banks, vice-presidente de pós-venda da Kongsberg Maritime para a região Ásia-Pacífico.

Banks justificou também a abertura das novas representações com o crescimento da Indonésia no mercado de produção naval e transporte marítimo. “Com mais de 200 estaleiros na Indonésia, Jacarta é um importante centro de operações de navegação, agências governamentais e comércio marítimo, enquanto Batam concentra a maior concentração e desempenha um papel central na construção e reparo naval regional”, afirmou o executivo.



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 106/2025
Página 62 de 62
Data: 31/07/2025
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 30/07/2025



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS
Data: 31/07/2025